



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
TURMA CARLOS NELSON COUTINHO

HUMBERTO SANTOS PALMEIRA

MARX E A QUESTÃO CAMPONESA

RIO DE JANEIRO
2016

HUMBERTO SANTOS PALMEIRA

MARX E A QUESTÃO CAMPONESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão de Graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito final e obrigatório para obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão

RIO DE JANEIRO
2016

HUMBERTO SANTOS PALMEIRA

MARX E A QUESTAO CAMPONESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à comissão de Graduação do Curso de Serviço Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito final e obrigatório para obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.

Monografia aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão
Presidente da Banca – Orientador

Profa. Dra. Leile Silvia Cândido Teixeira
Membro

Prof. Dr. Mauro Luiz Iasi
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos militantes e camponeses, em especial aos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA-Brasil). Desejo que ele possa contribuir no processo de estudo e formação como um instrumento para aproximação das realidades, bem como para a organização da luta em defesa dos territórios e por um projeto societário emancipatório.

Dedico a minha companheira e camarada Karine, que me acompanhou nesses cinco longos anos com seu exemplo de estudo e as cobranças necessárias, que foram importantes para seguirmos em frente e concluir esse trabalho, agradeço pela sua companhia e cumplicidade. Minha mãe, dona Maria, mulher, camponesa que desde os meus sete anos de idade, ensinou o lidar com terra e com seu exemplo, que lutar é preciso e necessário e que nosso caminho é luta. Ana, minha filha, sem terrinha e camponesa, que nasceu nas terras do Libertador da América e que nos acompanha na luta desde sempre. Com sua beleza de criança nos encanta e dá sentido as nossas lutas e utopias, mesmo nos momentos mais difíceis sabemos que nossa luta tem mais sentido, pois é só através da luta que podemos deixar o mundo menos “feio”.

Clodomir Santos de Moraes (*in memoriam*), que tivemos o prazer de conhecer. Foram conversas, contos e causos que jamais esqueceremos. Dedicou mais de 70 anos de sua vida a interpretar a realidade e buscar transformá-la, bem como a incorporar as massas camponesas no processo de lutas como sujeitos de sua própria história. O contato com Clodomir foi extremamente importante. Trouxe a clareza necessária da importância histórica da incorporação do campesinato na luta revolucionária com suas histórias de como os camponeses se transformaram em sujeitos políticos capazes de lutar pela revolução socialista.

Clodomir Santos de Moraes, Presente!!! Presente!!!Presente!!!

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA-Brasil) através do qual apreendi, nesses anos de militância, que é necessário aprofundar os estudos para qualificar nossas intervenções políticas, além de ter me respaldado e indicado a realizar esse curso.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) que há anos trabalharam para que em 2011 iniciássemos a I Turma de Serviço Social do Pronera no Brasil, a Turma Carlos Nelson Coutinho.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Escola de Serviço Social (ESS) que possibilitaram a abertura de uma porta da universidade aos trabalhadores rurais e camponeses para ocuparem a universidade. Em especial aos professores da ESS que se desafiaram a construir outro processo pedagógico, mostrando que é possível a construção de uma universidade popular. Aos professor@s e coordenador@s que trabalharam incansavelmente para que esse momento se tornasse real, contribuindo para que todos os problemas político-pedagógicos e de infraestrutura pudessem ser superados para termos as condições de realizar as etapas do curso. Aos nossos vários monitor@s que nos acompanharam e dedicaram seu tempo para contribuir conosco.

Aos companheir@s da Turma Carlos Nelson Coutinho com os quais convivi, em meio às contradições e condições, vividas pela classe trabalhadora, em suas lutas cotidianas por terra, teto e comida. Esse período nos permitiu construir também relações de amizade e camaradagem que continuarão se encontrando nas lutas e vidas.

Ao camarada, amigo Henrique Wellen, que me acompanhou nesse desafio de pesquisar sobre um tema ainda tão espinhoso entre a esquerda marxista. Ao professor Cezár Maranhão (Cezinha) que, na ausência do professor Henrique, topou dar continuidade a esse processo. Aos dois grandes professores meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é iniciar uma pesquisa bibliográfica sobre os modos como o campesinato aparece em algumas obras de Karl Marx, buscando compreender a questão agrário-camponesa em suas obras. Diante de um tema ainda polêmico entre a esquerda buscar em Marx os elementos históricos da questão em estudo é antes de tudo buscar romper com esquemas teóricos por meio dos quais, em nome de Marx, muitos marxistas e organizações negaram as possibilidades e potencialidades do campesinato para a luta revolucionária. Para tanto, realizamos uma divisão das obras analisadas em dois grandes momentos. No primeiro, analisamos desde a Gazeta Renana até o Capital (Cap. XXIV), onde, em nossas leituras percebemos que na tendência geral do capitalismo monopolista resulta ao campesinato um processo de desaparecimento dando lugar ao proletariado. Como classe social que também compunha os modos de produção anterior ao capitalismo, sua desintegração é fator que contribuiria para a “evolução” social, permitindo assim a consolidação das condições objetivas para a revolução socialista. No entanto, observamos que mesmo com as tendências gerais nas obras, elas apresentam contradições e elementos pouco percebidos pela grande maioria dos leitores. Notamos uma dicotomia no processo de desenvolvimento, sobre tudo nos países da periferia onde ao mesmo tempo em que há um desenvolvimento das forças produtivas, destruidoras das formas camponesas, há uma produção de “espaços vazios do capitalismo”, de recriação do campesinato. Em seguida, trouxemos o debate entre Marx e populistas russos acerca das possibilidades da Rússia fazer a passagem ao Socialismo sem passar pelo desenvolvimento histórico do Ocidente, em especial da Inglaterra. Em um segundo momento, refletimos a respeito de como as interpretações realizadas após a morte de Marx foram moldando a formatação da estrutura teórica de um marxismo mecânico e pré-determinados por uma suposta teoria da história que Marx teria criado. Por fim, trazemos a relevância histórica de compreender o campesinato e suas distintas formações nos países da periferia do capitalismo, em pleno conflito com os interesses das elites históricas. Apontamos a atualidade e necessidade históricas do campesinato e como seu conhecimento pode contribuir quando colocado a serviço da humanidade de forma mais intensa e profunda, com o processo de emancipação humana. Refletimos que, desde Marx, é possível construir as bases teóricas e metodológicas para a teoria geral do campesinato, no intuito de melhor compreender seu papel e importância histórica nos processos emancipatórios.

Palavras chaves: Karl Marx, questão agrário-camponesa, marxismo, capitalismo, campesinato, socialismo.

SUMMARY

The goal of this work is to start a bibliographical search on the ways in which the peasantry appears in some works of Karl Marx, trying to understand the “agrarian-peasant matter” in his works. Facing a still controversial issue between the left, look for the elements written from Marx about this issue, is first of all seek to break with theoretical schemes through which, in the name of Marx, many Marxists and organizations denied the possibilities and potential of the peasantry for the revolutionary struggle. Thus, we divide the analyzed works in two great moments. In a first time, we analyze from the *Rheinische Zeitung* to *The Capital* (Ch. XXIV). In our reading, we see that the general tendency of monopoly capitalism, results in the disappearance process of the peasantry, giving rise to the proletariat. As a social class that also composed the previous modes of capitalist production, its disintegration is a factor that would contribute to the social "evolution", allowing the consolidation of the objective conditions for socialist revolution. However, we note that even with the general trends in those works, there are contradictions and elements that are not perceived by most readers. We noted a dichotomy in the development process, especially in the peripheral countries where at the same time there is a development of the productive forces destroying peasant forms and there is also, a production of "empty spaces of capitalism," for the reproduction of peasantry. Then we open a debate between Marx and Russian populists about the possibilities of Russia make the transition to socialism without going through the historical development of the West, especially the one experimented of England. In a second time, we think about how interpretations made after Marx's disappearance, have been shaping the theoretical structure of a mechanical Marxism, pre-determined by a supposed theory of history that Marx would have created. Finally, we bring the historical importance of understanding the peasantry and their different formations in the countries of the periphery of capitalism, in conflict with the interests of historical elites. We note the current and historical necessity of the peasantry and how their knowledge can help, more intense and deeply with the process of human emancipation, when this knowledge is applied to the service of humanity. We believe that, from Marx, is possible to build the theoretical and methodological foundation for the general theory of the peasantry, in order to better understand their function and historical importance in emancipatory processes.

Key words: Karl Marx, agrarian-peasant question, marxism, capitalism, peasantry, socialism.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. Camponês Em Marx: Da Gazeta Renana Ao Capital	5
1.1 Gazeta Renana	5
1.2 O Campesinato No Manifesto Do Partido Comunista	7
1.3 18 Brumário De Luís Bonaparte.....	13
1.4. Capítulo Xxiv Do O Capital: A Assim Chamada Acumulação Primitiva.....	23
Capítulo 2. Marx E A Questão Camponesa.....	27
2.1. Carta À Redação De Otiechéstvennie Zapisk (1877).....	28
2.2. Carta De Vera Zassulich À Marx.....	31
2.3. Esboços Da Carta De Marx À Vera Zassulich.....	33
2.4. Carta À Vera Ivanovna Zassulich, 8 De Março De 1881	39
2.5. Prefacio A Segunda Edição Russa De 1882 Do Manifesto Do Partido Comunista	41
Capítulo 3. A Questão Camponesa Em Debate Em Marx E No Marxismo	43
3.1. I Internacional (1864-1876) E A Questão Camponesa	44
3.2 II Internacional (1889-1916)	46
3.4. Marx E Os Camponeses	48
3.5 Engels: Primeiro Intérprete De Marx Na Questão Camponesa.....	52
3.6. Dogmatização de Marx na Questão Agrário-Camponesa	55
3.7. Marxistas e não marxistas “esquecidos” na ressignificação do campesinato na história.	57
3.6.1. Debate Sobre Campesinato Durante A Nep: Preobrazhensky E Bujarin.....	59
Considerações Finais	65
Referências Bibliograficas	70

INTRODUÇÃO

As reflexões que nos propondo a realizar surgem do longo debate histórico sobre o desaparecimento ou permanência do campesinato como classe social, apesar das teorias profetizantes dos clássicos tanto do pensamento social agrário como dos setores liberais.

Inicialmente buscávamos compreender como a atual forma de exploração e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro entra em contradição com as formas de reprodução camponesa, e como esses dois modos de se relacionar com a reprodução social da vida são permeadas de antagonismos e disputas, ora abertas ora fechadas. Embates esses que se concretizam cotidianamente, desde as mais variadas formas de resistência local até processos onde há articulação entre as lutas locais e nacionais, em alguns casos de repercussão internacional. Pretendíamos compreender quais os pontos que colocam o campesinato como principal ameaça ao projeto de avanço do capitalismo no campo.

Outro objetivo consistia na identificação de elementos que pudessem apontar, ao conjunto do movimento camponês e da classe trabalhadora, a necessidade de fazer uma releitura histórica sobre o papel do campesinato na luta de classes. Releitura essa no sentido de conceber de fato como o camponês do século XIX se posicionou ao longo da luta de classes. Por outro lado, queremos compreender e apontar como o campesinato no século XXI traz nas essências de suas bandeiras de luta questionamentos a ordem do capital que historicamente foram levantadas pelas clássicas organizações revolucionárias. É notável que ao longo de muitos processos revolucionários, foi reservado por parte das organizações de vanguarda ao campesinato um papel secundário, de um povo sem destino que deve ser dirigido por uma vanguarda não camponesa.

A partir de diálogos sobre o presente trabalho, construímos a necessidade de realizar uma pesquisa cujo objetivo é identificar como o camponês aparece dentro de algumas obras de Karl Marx. Essa decisão nos exigiu dar “um passo atrás” em relação ao que pretendíamos nos primórdios das indagações sobre o nosso trabalho.

A pesquisa realizada busca ainda que de maneira incompleta realizar um aprofundamento bibliográfico em parte da vasta obra de Marx. Para tanto buscamos fazer de maneira minuciosa a leitura de obras como: o Manifesto Comunista, o Dezoito de Brumário, o Capítulo XXIV de O Capital. Além de obras ainda pouco difundidas como as cartas (rascunhos) dos diálogos estabelecidos entre Marx e os russos após 1870.

Portanto, essa pesquisa pretende mostrar o que estamos chamando de “Marx e a Questão Camponesa”, a partir da observação do modo como Marx produziu suas análises e

reflexões teóricas sobre o campesinato. A perspectiva é que estamos nos desafiando a realizar esta pesquisa como base para construir os elementos que nos permitam analisar e compreender o atual momento que vivemos, no intuito de qualificar nossas análises e práticas políticas. Práticas que estão inseridas no processo de organização de setores do campesinato brasileiro que buscam atuar em perspectiva social e política, o que nos possibilita organizar processos sociais que vislumbrem a superação da ordem do capital.

Buscar em Marx elementos da questão agrário-camponesa nos exige sobretudo um olhar autocrítico sobre como esse tema foi abordado pelas organizações de esquerda desde o final do século XIX e por todo o século XX. Ainda é comum, para uma parte do pensamento produzido por setores marxistas, a “questão camponesa” se resolver pela simples equação sobre o debate do papel de direção da revolução, a ser cumprido apenas pelo proletariado, pois essa seria sua missão histórica. Como enunciado no Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS: *“A aliança da classe operária com o campesinato, sob a direção da classe operária, (...) é o princípio superior da ditadura do proletariado. Sem esta aliança não é possível a conservação da ditadura do proletariado e a edificação da economia socialista”*¹.

Considerando que é comum ouvirmos de terceiros as posições de Marx sobre o campesinato, tal pesquisa se insere na tentativa de aproximação aos escritos “originais” e como o tema aqui abordado aparece na obra. Levando em consideração nesta aproximação que as análises de Marx, em parte de seus escritos, são análises realizadas em determinadas condições sociais, políticas econômicas que se encontrava campesinato. Buscamos ter o cuidado de analisar o que são elementos conjunturais de sua análise e os estruturais que contribui para análise do momento atual.

Ainda no Brasil do século XXI a questão agrária e camponesa é tema controverso e que divide opiniões no campo marxista. Dentre os movimentos camponeses, ainda que em menor intensidade, há controvérsias e interpretações sobre o campesinato e muitos ainda repetem posições de terceiros sobre o que Marx diz a respeito. Muitos ficam nos jargões, “mais Marx disse que o campesinato é um “saco de batata”, sem ao menos conhecer a obra e contexto no qual Marx referiu análise próxima aos jargões por aí difundidos.

Notamos que a questão agrário camponesa é um tema muito pouco estudado no Serviço Social, seja como parte dos estudos da formação social brasileira ou quando se abordar a chamada “questão social”. Percebemos que existe um vazio teórico-metodológico

¹ Versão digital encontrada em Manual de Economia Política, Academia de Ciências da URSS - Instituto de Economia (<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/20.htm>)

para compreender a realidade de mais de 40 milhões de pessoas que vivem no campo no Brasil, bem como o modo como as lutas camponesas se inserem em contexto de lutas emancipatórias quem carrega em si especificidades históricas e como estas devem ser levadas em conseqüência nos processos revolucionários. Portanto, nosso trabalho se insere na tentativa de trazer ao Serviço Social, em especial a ESS da UFRJ, a possibilidade de se aproximar do tema e desenvolver pesquisas que permitam inserir a questão agrário camponesa como base histórica e atual de compreensão do capitalismo monopolista no Brasil. Nossa pesquisa também está inserida no contexto de construção do programa político do Movimento dos Pequenos Agricultores, iniciado em 2003, o Plano Camponês. E sua fundamentação teórica resgata o conceito de campesinato, através da pesquisa que resultou na coleção *História Social do Campesinato* e do estudo de artigos de vários militantes. Portanto esse trabalho se insere também para contribuir no processo de fundamentação teórica da militância camponesa.

Percebemos, ao longo de nossos estudos, que no campo da esquerda marxista há no mínimo quatro visões teórico-políticas² sobre o campesinato: i) os que defendem que já não existem camponeses ou que estes são massa insignificante, não cabendo profundos estudos para chegar a essa conclusão; ii) há marxistas que simplesmente ignoram o campesinato, uma vez que afirmam que Marx não se deteve sobre o tema em seus estudos e este está condenado a desaparecer pelo processo de desenvolvimento capitalista; iii) há outros marxistas que se orientam pelas leituras dos manuais, desconhecendo a obra de Marx e, na maioria das vezes, ignoram a centralidade no método e em seus escritos e reflexões a partir de 1870. Tais posições que afirmam que há uma “*unilinearidade, e da necessidade de uma “etapa capitalista” de desenvolvimento*” (PAULA, 2014, p. 80), colocam o campesinato como um empecilho para desenvolvimento pleno das forças produtivas, retardando as condições objetivas da revolução; iv) a quarta visão questiona as posições anteriores e retorna a Marx, buscando a centralidade na compreensão do método, resgatando parte de suas reflexões e apontamentos da década de 1870 ao início de 1880. Esta visão parte do entendimento do campesinato ao longo da história, bem como de seu potencial político organizativo para lutas emancipatórias. Tais reflexões e documentos, em sua grande maioria, foram organizados por D. Riazanov nos anos 1920, porém esquecidos por “Moscou” e, por razões “não-conhecidas”, em sua grande maioria não publicadas.

² Esses blocos não são puros, alguns autores transitam entre eles, porém no que tange a construção política ideológica sobre o campesinato existem preferências por determinadas posições, as quais classificamos como quatro campos de análises sobre o campesinato

É nessa perspectiva que nosso trabalho buscará se aproximar de Marx a fim de compreender como este tratou do campesinato ao longo de parte considerável de suas reflexões teóricas. Sobretudo, buscaremos demonstrar como continuam atuais as reflexões iniciadas por Marx em seus últimos escritos, e que é possível desde essas bases termos o ponto de partida para afirmar o campesinato como classe social. Esse trabalho poderá contribuir para apontar a necessidade da construção de uma teoria geral do campesinato e sobre como as lutas camponesas no século XXI apresentam, em sua essência, uma luta contra o sistema de reprodução sociometabólico do capital e programas com processo de emancipação humana.

CAPÍTULO 1. CAMPONÊS EM MARX: DA GAZETA RENANA AO CAPITAL

Buscaremos ainda de maneira introdutória realizar análises em alguns dos escritos de Marx onde aparece de maneira direta ou indireta as bases das interpretações sobre a questão agrário-camponesa, demonstrando através de seus escritos o movimento tendencial do desenvolvimento capitalista bem e outras interpretações que podemos ter através de leitura minuciosa e atenta ao tempo histórico no qual Marx escreveu tais documentos.

Como afirma Lukás:

El marxismo ortodoxo no significa, por tanto, una adhesión sin crítica a los resultados de la investigación de Marx, no significa un "acto de fe" en tal o cual tesis, ni tampoco la exégesis de un libro "sagrado". La ortodoxia en cuestiones de marxismo se refiere, por el contrario y exclusivamente, al "método. (LUKÁCS, 1970, p. 22)

1.1 GAZETA RENANA

A Gazeta Renana, jornal que surgira em janeiro de 1842, tinha como propósito editorial representar as ideias democráticas da burguesia liberal, liderada pela classe média da região do Reno que politicamente vinha se opondo ao governo autoritário da Prússia. Nesse contexto, Marx e os demais neohegelianos³ acreditavam no papel que a imprensa poderia exercer na vida política do povo alemão e começam a contribuir de forma ativa no jornal. Em outubro de 1842, Marx torna-se redator-chefe da Gazeta Renana, momento em houve o primeiro encontro entre Marx e Engels, na ocasião em que o segundo se encontrava de passagem para Inglaterra. Conta a história que o primeiro encontro entre ambos não foi nada agradável

No jornal, Marx se debruçou sobre temas e situações novas até então e como

³ Neohegelianos: ala à esquerda do pensamento hegeliano, da qual faziam parte, Karl Marx, Bruno Bauer, Karl Köppen, Adolf Rutenberg, Edgar Bauer, Ludwig Buhl, Karl Nauwerk e Max Stirner. Esse grupo de jovens intelectuais alemães procurava retirar do pensamento hegeliano conclusões democráticas de crítica ao absolutismo monárquico, à censura e ao domínio da religião. Nesse sentido, opunham-se aos chamados velhos hegelianos de direita, que defendiam ideias conservadoras e posições políticas de legitimação do poder monárquico, apoiando-se no sistema de Hegel. A característica do modo de pensar dos jovens hegelianos de esquerda é a de que as mudanças na realidade eram determinadas fundamentalmente pelas mudanças no plano da consciência, das ideias. Transformada a consciência das pessoas, transformar-se-ia a realidade objetiva. Os jovens hegelianos de esquerda pensavam combater o mundo existente e suas relações políticas e sociais, apenas combatendo as expressões dessas relações sociais e políticas no plano da consciência individual. Achavam que podiam transformar a vida social e os indivíduos, reformando as suas consciências, corrompidas pelas ideologias dominantes. Nesse período histórico, quando fizeram parte do grupo jovem-hegeliano, Marx e Engels também pensavam dessa forma. (SIQUEIRA, Sandra M. M. PEREIRA, Francisco. Marx e Engels: Luta de classes, Socialismo Científico e Organização Política. Salvador-BA: Lemarx, 2014.p.24-25)

redator-chefe, necessitava expor suas posições diante da realidade sócio-econômica, posições essas que lhe renderam a acusação de promover ideologias radicais. Deixando transparecer ideias de um democrata radical em alguns momentos, foi acusado de incitar o povo à revolução para substituir a monarquia prússia por um governo democrático, ao ponto de ter o jornal fechado pelo governo prussiano em 31 de março de 1843. Durante o período que esteve na direção do jornal, Marx escreveu textos sobre diversos temas: político, econômico e social, assuntos de ordem religiosa, especulação filosófica, sobre a lei do roubo de lenha e, sobretudo, temas relacionados à liberdade de imprensa⁴.

É partir do momento em que Marx se torna jornalista editor da Gazeta Renana que ele se depara com a situação dos camponeses viticultores de Mosella⁵. Foi a partir dos debates sobre a utilização e acesso dos camponeses às últimas terras comuns da Alemanha para retirar madeira das florestas, que Marx inicia sua relação com problemas materiais afirmando “*vi-me pela primeira vez, perplexo, perante a dificuldade de ter também de dizer alguma coisa sobre o que se designa por interesses materiais*” (MARX, 2008, p.46). O contato com essa realidade incitou Marx a desenvolver uma série de artigos sobre o tema, mas apenas dois foram publicados, nos quais a situação dos camponeses renanos era exposta. A situação pelos quais os camponeses foram acusados se devia a um hábito milenar de recolher paus e gravetos para se aquecer no inverno e preparar os alimentos, sendo que por se tratar de hábito social realizado por anos, Marx posiciona-se defendendo os camponeses.

A ação dos camponeses como parte da tradição de apropriação dos bens da natureza para satisfazer as necessidades vitais, era algo perfeitamente aceitável uma vez que nas condições em que vigorava era a utilização comum dos bens da natureza para garantir a existência humana. No entanto, sob égide da sociedade burguesa, as tradições são substituídas pelas relações baseadas não apenas pelo valor de uso e sim pelo valor de troca, sendo assim a tradicional ação dos camponeses de pegar lenha passou a ser considerado como violação da propriedade, sendo, portanto, visto como roubo.

Apesar de ser um trabalho jornalístico o que desenvolveu na Gazeta Renana, Marx agregou, sobretudo, uma dimensão crítica aos seus escritos e posições políticas. No Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política", quando se refere à situação dos camponeses de

⁴ Alguns consideram que Marx teria criado um dos primeiros jornais do proletariado com Nouvelle Gazette Rhénane. Para ele o papel da imprensa nesse período seria fundamental no processo de organização do proletariado como classe e uma arma fundamental na luta de classes da classe trabalhadora contra a burguesia. Para Marx a imprensa cumpriria ainda a função de tecer críticas a sociedade burguesa no geral e ser um instrumento de representação dos interesses do proletariado perante o governo em particular, cumpriria também o papel de exercer o debate das ideias internas na organização do proletariado.

⁵ Mosela, Região Antiga Prússia (hoje Alemanha) terras banhadas pelo Rio Monsel que nasce na França, e desemboca no Rio Reno na Alemanha, região que a mais de 2 mil anos que é produtora de vinho.

Monsela, afirma que *“encontrei me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais”* (MARX,2008, p.46), referindo-se à Lei sobre os Roubo de Lenha, realizado pelos camponeses. Marx posiciona-se em defesa dos milhares de camponeses que foram acusados de furto de lenha nos bosques da aristocracia rural alemã. Essa distinção se evidencia no episódio de debates a propósito da lei sobre os roubos de lenha, em que expressa, de forma clara, sua posição política uma vez que o governo prussiano, sob o discurso de proteção da propriedade privada, impedia que os camponeses acessassem a floresta para buscar lenha. Nessa época, a lenha era um bem de extrema necessidade às famílias camponesas; no entanto como assinalamos a prática de buscar lenha também fazia parte do direito ancestral de ter acesso e apanhá-la na floresta.

Tal medida do governo proibia e qualificava como roubo e os que recolhessem lenha sem autorização do dono da floresta estavam sujeitos à punição. Utilizando argumentos jurídico-políticos contra a arbitrariedade da lei, Marx diz que a lenha é floresta morta, ou seja, argumentando que lenha não é floresta e, portanto, não é propriedade, os camponeses estariam realizando um ato de posse legítima da lenha ao pegá-la através do trabalho, não constituindo roubo. Nesse caso, a relação estabelecida é baseada no direito consuetudinário⁶ dos camponeses e é a partir disso que deve partir o direito das demais classes. Nesse aspecto Marx, ainda que inserido nas determinações morais-jurídicas burguesas, faz a crítica a Hegel a partir das suas regras, caracterizando-se, portanto, como um democrata radical.

1.2 O CAMPESINATO NO MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA⁷

Se há algo que não podemos deixar de mencionar é a exigência de leitura do Manifesto do Partido Comunista, uma das grandes obras de Marx e Engels, considerando o contexto de suas determinantes político-históricas na qual se redigiu. Se não observamos essa necessidade podemos cometer dois equívocos, o primeiro, o de imortalizar as posições políticas de Marx expressas em sua obra; e o segundo, o de ignorar a contribuição político-teórica do Manifesto através de críticas a-históricas, desconhecendo seu papel na ação política. Nosso desafio, ao ler o Manifesto, é tentar não cair em nenhum desses equívocos,

⁶ Consuetudinário adj. Habitual. Acostumado. //Jur. Direito consuetudinário, direito não escrito, fundado no uso, costume ou prática.

⁷ Em espanhol é conhecido como O Manifesto Comunista, mas o título original era Manifesto do Partido Comunista. Esse nome não foi escolhido por Marx e Engels, e sim pela Liga dos Comunistas que o encomendou a Marx e Engels, depois da realização do segundo congresso da Liga, em Londres no ano de 1847.

buscando a partir da identificação dos elementos sobre a questão camponesa em Marx, compreender como esse autor desenvolve sua visão política e histórica sobre as massas camponesas do período em que tal obra foi escrita.

Notamos o processo de amadurecimento do Marx da Gazeta Renana e da Nova Gazeta Renana (NGR) ao Marx do Manifesto Comunista, processo esse onde percebemos um maior aprofundamento e investigação sobre os fatos. Podemos situar o Marx da Gazeta Renana e da NGZ em termos políticos como o democrata radical, crítico da sociedade burguesa e suas mazelas. O processo de amadurecimento ao qual nos referimos diz respeito ao aprofundamento das análises das razões dessas mazelas e pelas saídas apontadas, em suma vemos o processo de amadurecimento do democrata radical ao comunista convicto.

Marx e Engels redigiram o Manifesto do Partido Comunista como deliberação dos debates das Ligas dos Comunistas, tendo sido publicado justamente em um momento político quando o “nascente” proletariado mostrara, em luta, seu antagonismo com a burguesia, apontando a crescente organização da classe operária. Como definiu Engels, o manifesto “*foi publicado como plataforma da Liga dos Comunistas, uma associação de operários primeiro exclusivamente alemã e mais tarde internacional, e nas condições políticas do Continente anteriores a 1848 inevitavelmente uma sociedade secreta.*”⁸ (MARX e ENGELS, 1982, p. 4)

O Manifesto do Partido Comunista, como documento político, fundamenta-se numa clara análise política de um determinado tempo histórico, sendo a expressão do materialismo histórico dialético, através do qual os autores expõem as tendências do movimento histórico. Nas palavras de Marx:

Las tesis teóricas de los comunistas no se basan en modo alguno en ideas y principios inventados o descubiertos por tal o cual reformador del mundo. No son sino la expresión de conjunto de las condiciones reales de una lucha de clases existente, de un movimiento histórico que se está desarrollando ante nuestros ojos. (MARX e ENGELS, 2000, p.46)

Vinculado diretamente ao processo de produção teórica e ao movimento real da luta de classes, o Manifesto do Partido Comunista inaugura uma práxis⁹ política e ideológica. Marx e Engels estavam envolvidos diretamente na construção das células revolucionárias que

⁸ Prefácio à edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista. Esta edição foi publicada em Londres pelo editor William Reeves. Trata-se da primeira e única edição inglesa de que Engels se ocupou pessoalmente.

⁹ Segundo Dicionário básico de categorias: Práxis é atividade humana que transforma a sociedade e a natureza transformando, ao mesmo tempo, o sujeito que a exerce (...) Como conceito, expressa a unidade da teoria e da prática. É a categoria fundamental da filosofia de Marx. A práxis já existia desde a constituição do ser humano. O que Marx e Engels fizeram foi tanto uma análise concreta dessa práxis, como fornecer subsídios para a sua consciência mais aproximativa.

estavam operando em âmbito europeu, onde travou-se um intenso embate teórico entre diversas concepções no interior do nascente movimento comunista. Enfrentaram diversas concepções revolucionárias defendidas pelos intelectuais militantes de sua época, como as do revolucionário Guillermo Weitling [1808-1871], defensor do comunismo igualitário utópico; as de Karl Grün, partidário do “socialismo verdadeiro”; e também do comunismo filosófico de Moses Hess [1812-1875].

Ao enfrentar o desafio de buscar no Manifesto Comunista elementos de análise teórico-prática relevantes para a interpretação da Questão Camponesa, assim como o de identificar o modo de interpretação do futuro do campesinato no capitalismo, encontramos elementos que nos fazem compreender que na moderna sociedade burguesa as classes sociais serão reduzidas em um processo contínuo de supressão histórica de outras classes sociais, sobrevivendo apenas a burguesia e o proletariado.

A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado. (MARX e ENGELS, 1987, p. 35).

Ainda sobre a sobrevivência de outras classes para além da burguesia e do proletariado, Marx enfatiza que o processo histórico levará as demais classes a cair no processo de proletarização, uma vez que do ponto de vista econômico não sobreviverão na moderna sociedade burguesa.

As pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos industriais, comerciantes e rentiers¹⁰, os artesãos e camponeses, todas estas classes caem no proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não chega para o empreendimento da grande indústria e sucumbe à concorrência dos capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. Assim, o proletariado recruta-se de todas as classes da população. (MARX e ENGELS, 1987, p.41).

No que diz respeito ao aspecto político-revolucionário na luta contra a burguesia, Marx afirma que apenas o proletariado é classe revolucionária:

De todas as classes que hoje em dia defrontam a burguesia só o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e soçobram com a grande indústria (MARX e ENGELS, 1987, p. 43).

¹⁰ Em francês no texto: os que possuem ou vivem de rendimentos.

Mais adiante Marx é mais contundente na afirmação sobre a posição política que o campesinato assume na luta de classes:

As camadas médias, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o **camponês**, todos eles combatem a burguesia para assegurar, face ao declínio, a sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionários, mas conservadores. Mais ainda, são reaccionários, procuram fazer andar para trás a roda da história. (MARX e ENGELS, 1987, p.43, grifo nosso).

Desde a I Internacional¹¹ os trechos acima transcritos dão origem a divergências no interior dos partidos socialistas ou social-democratas. O debate acerca das questões agrária e camponesa ultrapassa o âmbito teórico e se torna mais premente a partir do crescimento do peso eleitoral do campesinato. Odair Junior afirma que ainda na I Internacional surgiram duas questões centrais durante o Congresso de Genebra (1866). A primeira se expressa na pergunta “*considerando-se a grande expressão que possui a propriedade camponesa nos países da Europa Ocidental, o que aconteceria com a propriedade da terra após a revolução socialista?*”. (JUNIOR e ODAIR, 2001, p.4). Já a segunda é colocada da seguinte forma: “*considerando-se o fato de que a grande empresa agrícola ainda não se difundiu geralmente na maioria dos países da Europa Ocidental, como se dará a organização da agricultura numa produção em larga escala?* (ODAIR, 2001, p.4). Essas foram as questões geradoras no interior da I Internacional. Vale a pena ressaltar que Marx e Engels não fizeram parte das elaborações dos programas agrários da I Internacional, e todas as interpretações e conflitos sobre as formulações da questão agrária e camponesa se deram a partir do entendimento de seus leitores.

No capítulo *Proletários e Comunistas*, do Manifesto, ao abordar a ação dos comunistas diante da propriedade privada, Marx prevê o desaparecimento da propriedade camponesa, fruto do trabalho, em virtude do florescimento da indústria. E ao desaparecer não necessitaria ser objeto de preocupação por parte do movimento comunista.

Propriedade fruto do trabalho, conseguida, ganha pelo próprio! Falais da propriedade pequeno-burguesa, pequeno-camponesa, que precedeu a propriedade burguesa? Não precisamos abolir, o desenvolvimento da indústria aboliu-a e abole-a diariamente. (MARX e ENGELS, 1987, p. 48).

¹¹ Associação Internacional dos Trabalhadores - I Internacional (1864 a 1876) organização dos trabalhadores fundada em 28 de setembro de 1864, onde ocorreu uma reunião pública internacional de operários em Londres. Criada como resposta da ação internacional da burguesia mundial contra os trabalhadores, a I Internacional tinha dentre os objetivos contribuir para condução das massas operárias à ideia da necessidade de tomar o poder político, de fundar um Partido do proletariado independente e de assegurar a união fraterna entre os operários dos diferentes países. A Internacional foi a expressão mais elevada da organização dos trabalhadores nos primeiros períodos de enfrentamento dos trabalhadores ao capitalismo.

Tais afirmações promoveram interpretações, por parte de muitas organizações comunistas e socialistas ao longo de suas histórias, que desconsideravam os diferentes determinantes das formações econômicas de seus países. Em muitos casos, as organizações usavam como táticas alianças que aceleravam o processo de supressão da propriedade camponesa, o que colocava em evidência a negação da importância das resistências e lutas camponesas como parte das lutas emancipatórias. Estas alianças lançavam mão de mediações para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas como requisito para forjar o sujeito revolucionário e as condições objetivas para revolução.

Marx, no capítulo *Socialismo Pequeno-burguês*, caracteriza o surgimento da burguesia como fruto da fusão entre setores da nascente burguesia e do campesinato, “*A Pfahlbürgertum¹² medieval e o pequeno campesinato [kleine Bauernstand¹³] foram os precursores da burguesia moderna*”. (MARX e ENGELS, 1987, p. 58). Vale ressaltar que o autor descreve o processo de formação da burguesia em determinados países da Europa ocidental, apontando como do modo de produção feudal emerge a burguesia. Do ponto de vista histórico faz-se necessário compreender que nas formações sociais dos países, sobretudo latino-americanos, o processo de emergência da burguesia se desenvolve de forma distinta da Europa descrita por Marx.

Buscando apresentar a tendência geral do desenvolvimento capitalista em países menos desenvolvidos da Europa, Marx afirma: “*Nos países menos desenvolvidos industrial e comercialmente esta classe continua ainda a vegetar ao lado da burguesia em ascensão*”. (MARX e ENGELS, 1987, p. 58). A análise desta passagem, bem como das anteriores, mostra uma vertente do capitalismo que Marx e Engels observaram como possível de se desenvolver e com capacidades de dominar e suprimir as outras formas. Caso seja vista não como tendência do capitalismo pode gerar interpretações equivocadas que afirmam ser o desaparecimento do campesinato meramente uma questão de tempo, portanto, esta seria uma classe irrelevante para o processo revolucionário.

Ainda no capítulo “Socialismo Pequeno Burguês”, Marx expõe sua crítica a teóricos, como Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi,¹⁴ que ao criticarem o modo de produção

¹² Pfahlbürgerschaft: palavra sem equivalente linguístico em português. Literalmente significa burguês da paliçada; burguesia da paliçada. Durante a Idade Média, no Norte e Leste da Europa, essa palavra referia-se aos moradores de um espaço compreendido entre os muros do castelo e uma paliçada circundante. Eram geralmente mercadores que, mediante o pagamento de impostos e da obrigatoriedade de participação na defesa, recebiam também proteção da cidade.

¹³ Pequenos camponeses proprietários.

¹⁴ Léonard Sismondi era um economista e historiador suíço morto em 1832. Escreveu um livro intitulado *Novos*

capitalista, sobretudo no que diz respeito ao processo técnico, afirmam que a introdução de novas máquinas no processo de produção provocava o aumento dos lucros, enquanto os salários permaneciam os mesmos, levando a um desemprego generalizado da população. A proposta de Sismondi fundamentava-se na defesa de uma sociedade baseada na pequena propriedade individual com o retorno às formas artesanais de produção e às pequenas explorações agrícolas. O trecho abaixo resume a crítica de Marx às posições de Sismondi:

Em países como a França, onde a classe camponesa perfaz muito mais de metade da população, era natural que os escritores que se apresentaram a favor do proletariado e contra a burguesia aplicassem à sua crítica do regime burguês a bitola pequeno-burguesa e pequeno-camponesa, e tomassem o partido dos operários do ponto de vista da pequena burguesia [Kleinbürgertum]. Formou-se assim o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o chefe desta literatura não só para a França como também para a Inglaterra. (MARX e ENGELS, 1987, p. 58).

Sismondi representa uma oposição a David Ricardo, quando escreve os *Novos Princípios da Economia Política*, uma vez que para o primeiro os escritos do segundo, classificados como pequeno-burguês, são apenas abstrações de economistas que não resistem à prova da prática, ou seja, que não se concretizam no mundo real. Entretanto Marx tece críticas por conceber que as soluções para os problemas da sociedade burguesa não passam pela revolução social que supera o capitalismo.

Aqueles que, como Sismondi, têm o desejo de retornar à justa proporção da produção preservando a base atual da sociedade, são reacionários porque, para serem coerentes, deveriam também querer restabelecer todas as outras condições da indústria dos tempos passados. (MARX e ENGELS, 1987, p. 58).

Caracterizando o “Socialismo Pequeno Burguês e seus intelectuais”, Marx aponta que tais posicionamentos defendem e buscam restabelecer os velhos meios de produção, bem como responsabilizam apenas os efeitos destruidores da maquinaria e da divisão do trabalho como meio para a concentração de capitais e da posse fundiária pela miséria do proletariado. Nesse sentido Marx afirma seu caráter reacionário e utópico uma vez que esse tipo de socialismo pretendia restabelecer as velhas formas sociais.

Como revolucionários do século XXI podemos, de forma retrospectiva,

Princípios da Economia Política, muito apreciado por Marx que o estudou com atenção, especialmente a parte que se refere às crises, apesar de sua carência de profundidade. Marx considerava o suíço um reacionário por defender leis protecionistas à pequena indústria e ao camponês.

compreender o que Marx vislumbrava em tempos do Manifesto do Partido Comunista, a compreensão dos determinantes históricos para a impotência da classe camponesa¹⁵ diante da força avassaladora do desenvolvimento capitalista. Essa impotência se dava, sobretudo, em função do alto nível de dispersão das massas camponesas que, apesar de na Idade Média terem protagonizado várias revoltas e insurreições, não foram capazes de superar a ordem vigente, tal como afirma Marx em A Ideologia Alemã.¹⁶

1.3 O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE

De acordo com Federico José Melo¹⁷, o 18 Brumário de Luiz Bonaparte é umas das obras de Marx menos conhecidas em comparação a outras obras como o Manifesto do Partido Comunista, a Crítica ao Programa de Gotha e O Capital. Entretanto é de fundamental importância a compreensão dessa obra, uma vez que traz com clarividência o método de análise em Marx. No referido texto, o autor descreve e analisa como foi o desenvolvimento das forças políticas, o comportamento das classes e as condições objetivas e subjetivas que permitiram o golpe de Luiz Bonaparte, em 1851, na França.

Assim como no Manifesto do Partido Comunista, foi possível observar a análise marxiana acerca do comportamento político do campesinato, por meio de alianças, atribuindo-lhe um caráter conservador e, em alguns momentos, retrógrado diante das possibilidades de superação da ordem.

Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação, dos camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra (MARX, 2009, p. 215-216).

¹⁵ No Manifesto do Partido Comunista, especialmente na parte que discorre sobre o socialismo pequeno burguês, Marx utiliza a expressão “classe camponesa” para descrever as grandes massas do campo que representavam a maior parte da população francesa na época.

¹⁶ Na tradução espanhola da obra A Ideologia Alemã, Marx e Engels indicam que as “Las grandes insurrecciones de la edad media partieron todas del campo, pero, igualmente resultaron fallidas, debido precisamente a su dispersión y a la tosquedad inherente a la población campesina.” (Marx y Engels.2001

¹⁷ Federico José Melo Solórzano (1962), especializado em Estudos Internacionais pela Universidade Central da Venezuela (UCV), realizou curso de estudos políticos da Escola Superior Komsomol na URSS (1982/83). Aos 16 anos, ingressou na Juventude Comunista da Venezuela (JCV), tendo mais tarde ingressado no Partido Comunista da Venezuela (PCV). Atualmente é comunicador social, professor na Escola de Comunicação Social da UCV e membro do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Marx aponta o campesinato como um dos responsáveis pela vitória eleitoral de Luís Bonaparte em 10 de dezembro de 1848, assim como pelo fracasso da revolução proletária nesse mesmo ano. A partir dos elementos para compreender as razões pelas quais o campesinato se posicionou daquela forma e com o entendimento de que as massas camponesas não eram uniformes quanto a suas posições políticas frente a tais acontecimentos, percebemos no 18 Brumário de Luiz de Bonaparte duas posições do campesinato. A primeira tem caráter retrógrado e conservador que se alia a Luiz Bonaparte, e a segunda, é revolucionária e fortemente reprimida pelo governo bonapartista. Quanto ao posicionamento do proletariado Marx afirma:

O proletariado de Paris respondeu com a insurreição de junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpem proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população do campo. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. (MARX, 2009, p. 216-217).

Com a instalação da Assembleia Nacional em meados de 1849, a luta entre esta e Luiz Bonaparte se agudizou, uma vez que a Assembleia representava os diversos interesses das frações da burguesia francesa que compartilhava divergências com o segundo. As leis aprovadas nesse período elevaram o grau de insatisfação das massas camponesas, pois atingiam diretamente os interesses materiais da população do campo¹⁸. *“Os camponeses, desapontados em todas as suas esperanças, esmagados mais do que nunca, de um lado pelo baixo nível dos preços do grão e de outro pelo aumento dos impostos e das dívidas hipotecárias, começaram a agitar-se nos Departamentos”*. (MARX, 2009, p. 261).

Percebemos através da citação anterior como a política e as leis instituídas pela Assembleia Nacional levaram as massas camponesas ao desalento e a um estado de insatisfação generalizada. Importante ressaltar que é comum relacionar as derrotas do proletariado desse período à aliança que Luiz Bonaparte fizera com as massas camponesas. No entanto, entre maio e junho de 1850, foi aprovada na Assembleia Nacional uma série de leis, dentre as quais, uma de caráter eleitoral que suprimia a lei de 10 de março, declaradamente contrária à dominação burguesa. Como resposta, retirou o sufrágio universal da lei. A imprensa revolucionária foi restringida e suprimida por lei aprovada no período.

¹⁸ Compreendemos que população do campo nesse contexto refere-se aos camponeses

Notamos que nesse período houve mudança no comportamento e posição política da burguesia, posição que não provocou no proletariado qualquer reação. Portanto se não buscarmos entender o contexto em que se produziram tais mudanças podemos cometer equívocos. É necessário encontrar as razões históricas para entender o comportamento político do proletariado. *“Não devemos, além disso, esquecer que o ano de 1850 foi um dos anos mais brilhantes de propriedade industrial e comercial, e que, portanto, o proletariado de Paris estava completamente ocupado”*. (MARX, 2009, p. 268). O proletariado estava um tanto ocupado com a venda de sua força de trabalho, sua condição material de reprodução e pela fase de pleno emprego na qual se encontrava a França, não percebendo alterações legislativas que restringiam sua participação política e as reações contra elas foram ínfimas. Sobre a posição política do proletariado, Marx afirma:

Atirou novamente os operários à condição de párias que haviam ocupado antes da Revolução de Fevereiro. Ao deixar guiar-se pelos democratas face a esse acontecimento e ao esquecer o interesse revolucionário da sua classe perante um bem-estar momentâneo (...) (MARX, 2009, p. 268).

Logo adiante, Marx explica como a derrota de 1848 tinha desarmado o proletariado: *“submeteram-se ao destino, demonstraram que a derrota de junho de 1848 tinha incapacitado para lutar durante anos e que, momentaneamente, o processo histórico tinha que passar de novo sobre suas cabeças”*. (MARX, 2009, p. 268).

Entre o fim de 1850 e início de 1851 a crise política entre a Assembleia Nacional e o Poder Executivo alcançou um nível que colocava em pé de guerra os dois poderes. Crise que se agudizou com uma pequena instabilidade econômica vivida pela França no início do ano de 1851, com fechamentos de fábricas, dentre outros acontecimentos. A burguesia francesa atribuiu essa crise econômica meramente ao embate entre os poderes. Em meio a ela, a burguesia encontrava-se apavorada em função da instabilidade dos últimos meses de 1851 como descrevera Marx:

Imagina-se agora o burguês francês no meio do pânico dos negócios, com seu cérebro obcecado pelo comércio, torturado, aturdido pelos boatos de golpe de Estado e de restabelecimento do sufrágio universal, pela luta entre Parlamento e o Poder Executivo, pela guerra de Fronda entre orleanistas e pelas conspirações comunistas no Sul da França e as pretensas Jacqueries [insurreições camponesas - francês] dos Departamentos de Nièvre e Cher (...). (MARX, 2009, p. 310).

A situação política levou a burguesia a um desespero ofegante, como classifica Marx, ao ponto que *“gritasse como um louco a sua república parlamentar: “antes um fim com terror do que um terror sem fim” (...)*”. (MARX, 2009, p. 310). Situação propícia para que Bonaparte levasse a cabo seus planos de dar o golpe de Estado. O 2 de dezembro de 1851 era pôr fim a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, vitória essa que não foi sem apoios. Bonaparte representava não só o lumpem proletariado da Sociedade de 10 de dezembro, como também as massas parcelarias de camponeses que atribuíam parte de seus males às leis estabelecidas pelo Parlamento. *“O poder do Estado não flutua no ar. Bonaparte representa uma classe e, sem dúvida, a classe mais numerosa da sociedade francesa: os [Parzellen] camponeses detentores de parcelas”*. (MARX, 2009, p. 324). Marx descreve o arranjo das classes em torno de Luiz Bonaparte: *“(...) os Bourbons representavam a grande propriedade territorial e os Orléans, a dinastia do dinheiro, os Bonapartes são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês”*. (MARX, 2009, p. 324).

Observamos como descreve muito bem a situação camponesa na França, sua condição social, econômica e cultural reproduzida em sua condição de classe. No 18 Brumário, Marx descreve a situação camponesa cuja falta de organização é ocasionada pelo grau de isolamento das pequenas propriedades. O localismo do campesinato da aldeia não permitia que esse avançasse na construção de intercâmbio com o mundo. Notamos que a situação da vida camponesa não lhe permitiu se forjar como sujeitos capazes de emancipação. Segundo Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família: ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. **A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas.** (MARX, 1997, p. 127. Grifos nossos).

No trecho acima, Marx realiza uma fiel descrição da situação camponesa, cujas

condições materiais revelam sua incapacidade política de constituir-se como uma classe organizada com o objetivo de construir um projeto comum. Condições essas que acabaram levando o campesinato francês a ficar sob o controle de Luís Bonaparte que, por sua vez, poderia oferecer proteção e segurança frente às ameaças das ações que a burguesia impunha através do Parlamento e de um mundo cada vez mais mediado pela nascente estruturação da economia capitalista. Com essas condições materiais não seria possível exigir outras posições dos camponeses que não fossem dirigidas à garantia do *status quo*.

A inexistência de estratégia própria pode levar a classe trabalhadora a incorporar e defender a das classes dominantes. O trecho abaixo sugere essa situação vivida pelos camponeses franceses que transferiram e depositaram seus “interesses de classe” em Luiz Bonaparte.

São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. (MARX, 2001, p.54)

Marx nos recorda que foi a própria história que fez com que o campesinato francês acreditasse que o sobrinho de Napoleão seria o responsável por reaver a dignidade de suas condições de vida.

Pela tradição histórica nasceu a crença dos camponeses franceses no milagre de que um nome Napoleão lhes traria de novo toda magnificência. E encontra-se no indivíduo que se faz passar por tal homem, porque traz o nome de Napoleão em consequência do Code Napoléon, que ordena: La recherche de la Paternité est interdite [É proibida a investigação da paternidade francesa]. (...) e se homem torna-se imperador dos franceses. A ideia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a ideia fixa da classe mais numerosa dos franceses. (MARX, 2009, p. 325).

Apesar da grande massa camponesa ter considerado Napoleão e seu sobrinho, Luiz Bonaparte, os “redentores”, o apoio ao segundo não foi homogêneo no interior dela. Houve rebeliões contra o golpe de estado e insurreições que foram contra a tal ordem “redentora”, com reações violentas e deportações em massas. A importância de tais episódios não deixou que os mesmos fossem desconsiderados por Marx.

A era Napoleônica foi a mais violenta desde Luiz XIV para as massas

camponesas, sendo cenário de perseguições como mecanismo de impedir o avanço dessas forças e do encontro destas com os movimentos proletários nas cidades. Importante ressaltar que os Bonapartes não representavam esses camponeses rebeldes que Marx qualificava como revolucionários.

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar das suas condições de existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar a sua propriedade, não a população rural que, ligada a cidade, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver a si próprios e a suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènnnes, mas a sua moderna Vendée. (MARX, 2003).

Nessa passagem fica evidente a afirmação de Marx de que Bonaparte não representa o campesinato em geral, mas o camponês conservador em contraponto ao campesinato revolucionário da Cevènnnes. O campesinato aqui é descrito como sujeito de um determinado tempo histórico, onde o que determina a sua consciência são suas condições materiais em um determinado contexto de relações sociais, o que rompe com uma visão de camponês como sujeito eternamente reacionário.

Demonstrando diferenças históricas nas posições políticas do campesinato francês, Marx descreve o comportamento político dos camponeses originados no departamento de Vendée no oeste da França, centro das forças monarquistas durante a Revolução Francesa de 1789 a 1794. Em 1793, essas forças organizaram uma revolta contrarrevolucionária, apoiada pelo campesinato dessa região economicamente atrasada. A partir de então, a designação “Vendée” passou a ser sinônimo de atividade contrarrevolucionária. Ao contrário, a região de Cévennes passou a ser conhecida como a região que representava o futuro. A região montanhosa na província francesa de Languedoc foi palco de revoltas camponesas, ocorridas entre 1702 e 1705, conhecidas como levantes dos “camisards”, que começaram como forma de protesto contra a perseguição aos protestantes e acabaram assumindo um caráter abertamente antifeudal.

O campesinato francês não era um bloco monolítico, antes abrigava contradições substanciais no seu processo de luta social na França. No entanto, na maioria das análises do 18 Brumário as passagens onde Marx reconhece o papel do campesinato e a reação violenta e repressora do Estado direcionado a ele não são citadas. Desconsidera-se também o papel da

república parlamentar na alteração do posicionamento político da massa camponesa que representava a maior parte da população francesa. O curto tempo de duração da república parlamentar foi capaz de alterar o estado de consciência do campesinato e fazê-lo associar os problemas específicos com os problemas gerais, possibilitando a conclusão que seu problema não se resolvia meramente com a resolução dos problemas da sua parcela.

Os três anos de rigoroso domínio da república parlamentar haviam libertado uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica, revolucionando-os ainda que apenas superficialmente (...) sob a república parlamentar, a consciência moderna dos camponeses franceses lutou contra a sua consciência tradicional. O processo decorreu sob a forma de uma luta incessante entre os mestres – escolas e os padres. A burguesia abateu os mestres – escolas. Pela primeira vez os camponeses fizeram esforços para adotar uma atitude autônoma face à atividade do governo. Isso manifestou-se no conflito continuado entre os maires [presidente da Câmara Municipal – francês] e os prefeitos. A burguesia destituiu os maires. (MARX, 2009, p. 326.)

Os efeitos político e organizativo sobre os camponeses na república parlamentar foram notáveis pelo seu comportamento frente à ação do governo, com levantes em diversas localidades contra o exército. O que provocou uma reação da burguesia que agiu com prisões, execuções, deportações em massa e estados de sítio direcionados aos camponeses, levando parcelas consideráveis dessa massa a deslocar-se e apoiar Luiz Bonaparte.

Foi Napoleão quem transformou o camponês feudal em camponês parcelar, ou seja, de semi-servo em proprietários fundiários livres, atendendo dessa forma os interesses imediatos e matérias das massas camponesas na sua luta pela libertação do feudo. No entanto, parte das massas camponesas foram incapazes de perceber que a forma “napoleônica” de propriedade os transformara em pagador de hipotecas e de altos juros. *“A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e a premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital”*. (MARX, 2009, p. 328).

Foram necessárias apenas duas gerações para a obsolescência da forma napoleônica de propriedade se concretizar, período esse que coincidiu com a república parlamentar. Isso fica claro quando Marx diz do comportamento do campesinato frente ao golpe de Estado: *“Nos levantes ocorridos depois do golpe de Estado parte dos camponeses franceses protestou de armas na mão contra o resultado de seu próprio voto a 10 de dezembro de 1848”*. (MARX, 2009, p. 327). Tais camponeses votaram a favor da república parlamentar em 1848, por transformações que abolisse o sistema hipotecário e de juros, em regiões inclusive de *“departamentos mais vermelhos”*. (MARX, 2009, p. 327).

Como a república parlamentar não resolveu as aspirações camponesas relacionadas à hipoteca e aos juros, ao contrário as intensificou, a massa camponesa apostou que a saída dos problemas era a derrocada da república parlamentar apoiando a Luiz Bonaparte, cogitando inclusive, em alguns locais, uma convenção com um Napoleão.

A maioria estava ainda tão cheia de preconceitos que justamente nos Departamentos mais vermelhos a população camponesa votou abertamente em favor de Bonaparte. Em sua opinião a Assembleia Nacional impedira a marcha de Bonaparte. Este limitara-se agora a romper as cadeias que as cidades haviam imposto à vontade do campo. Em algumas localidades os camponeses chegaram a abrigar a ideia ridícula de uma Convenção lado a lado com Napoleão. (MARX, 2011, p. 55)

A forma napoleônica de propriedade foi a base para o desenvolvimento da livre concorrência e do capitalismo francês. No entanto, esse processo gerou uma crescente massa de pobres que perambulavam entre o campo e a cidade ou que moravam no campo. O que alterou substancialmente a relação do campesinato com as demais classes. Para Marx *“a classe camponesa era o protesto onipresente contra a aristocracia fundiária que precisamente acabara de ser derrubada”*. (MARX, 2009, p. 328). Porém, pelo baixo desenvolvimento político do campesinato esse não percebera que as alterações iniciadas com Napoleão o levaram a ser uma força auxiliar do desenvolvimento capitalista, condição que pelo nível do desenvolvimento histórico dificilmente seria diferente. Uma dessas alterações consistia na substituição das obrigações feudais da terra pela hipoteca, e da propriedade fundiária aristocrática, pelo capital burguês.

A nova forma de propriedade inaugurada por Napoleão foi um ótimo artifício para que as guerras napoleônicas fossem bem-sucedidas. Para se somar ao exército napoleônico e lutar contra os aristocratas fundiários e exércitos estrangeiros as massas camponesas necessitavam de algo material como retorno. Essa moeda de troca foi a repartição das terras dos aristocratas fundiários dentre os membros do exército camponês liderado por Napoleão. Nesse sentido, defender a propriedade parcelar camponesa significava defender a pátria das ameaças aristocráticas ou estrangeiras.

Finalmente, o ponto culminante das idées napoléoniennes é a preponderância do exército. O exército era o point d'honneur dos pequenos camponeses, eram eles próprios transformados em heróis, defendendo suas novas propriedades contra o mundo exterior, glorificando sua nacionalidade recém-adquirida, pilhando e revolucionando o mundo. A farda era seu manto de poder; a guerra a sua poesia; a pequena propriedade, ampliada e a alargada na imaginação, a sua pátria, e o patriotismo a forma ideal do sentimento da

propriedade. (MARX, 2001, p. 57)

Notamos como na base da formação do exército napoleônico esta os camponeses. Os camponeses que tiveram conquistas em seu regime, e ao se somar ao exército foram o elemento definidor do sucesso militar. Uma vez defendida a pátria contra as forças estrangeira o campesinato estava defendendo “sua pátria” a propriedade parcelar.

A mudança de posição da classe camponesa frente aos meios de produção alterou consideravelmente sua posição diante das demais classes, atingindo diretamente a natureza dos seus inimigos. A luta agora não era mais contra os aristocratas fundiários e sim contra o fisco hipotecário que se originou na “*forma “napoleônica” de propriedade*”. (MARX, 2009, p. 327.) Com isso Luiz Bonaparte não era mais o que viria substituir Napoleão, não eram apenas pessoas distintas, as condições históricas já não eram mais as mesmas. A jovem propriedade parcelar de Bonaparte já não era mais a mesma velha propriedade parcelar de seu tio. A velha forma de propriedade parcelar foi necessária para erguer o Estado Napoleônico. Uma vez que erguido, ela já não era mais conveniente. Com isso coloca como necessidade o avanço da forma de propriedade para o desenvolvimento da sociedade burguesa. No entanto, as massas camponesas viam em Luiz Bonaparte uma esperança de resgate da forma anterior, a velha propriedade parcelar.

Percebemos que a sociedade francesa encontrava-se em profunda crise política. Além da crise entre setores burgueses e Bonaparte, se dá a ruína progressiva da pequena propriedade, desmorona-se a estrutura do Estado erigida sobre ela. A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das minas da máquina governamental burocrático militar forjada em oposição ao feudalismo. (MARX, 2001, p.58)

Poucos dias depois do golpe de Estado, setores da burguesia contrários a Bonaparte irão apoiá-lo por representar, sobretudo, a real possibilidade de garantia da ordem burguesa em meio à crise política entre os poderes do Estado e entre as classes.

A situação dos camponeses franceses nos fornece a resposta ao enigma das eleições de 20 e 21 de dezembro, que levaram o segundo Bonaparte ao topo do Monte Sinai, não para receber leis, mas para ditá-la. Evidentemente a burguesia não tinha agora outro jeito senão eleger Bonaparte. Quando os puritanos, no Concílio de Constança, queixavam-se da vida dissoluta a que se entregavam os papas e se afligiam sobre a necessidade de uma reforma moral, o cardeal Pierre d'Ailly bradou-lhes com veemência 'Quando só o próprio demônio pode ainda salvar a Igreja Católica, vós apelais para os anjos'. De maneira semelhante, depois do golpe de Estado, a burguesia francesa gritava: Só o chefe da Sociedade de 10 de dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a

família; a desordem, a ordem. (MARX, 2001, p.58).

Com isso, Bonaparte realizou um governo de aparentes contradições, dando permissão ao avanço do grande capital com claras manobras que condicionavam os interesses dos setores da burguesia. Seu governo permitiu também “*enriquecer o lumpemproletariado bonapartista*” (Marx, 2009, p. 333). Obras públicas de construção são iniciadas para dar ocupação ao povo, criando assim situação de geração de empregos, em detrimento da dissolução de uniões operárias existentes. Nas palavras de Marx,

Essa tarefa contraditória do homem explica as contradições do seu governo, esse confuso tatear que ora procura conquistar, ora humilhar, primeiro uma classe depois outra e alinha todas elas uniformemente contra ele, essa insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio. (MARX, 2001, p.58).

Por fim, e os camponeses? A posição das classes se alteram desde o governo de Napoleão até a república parlamentar, e as “*as proclamações de Bonaparte sempre foram contra os camponeses rebeldes*” (MARX, 2009, p. 329), assim como a burguesia. A falta de organização política do campesinato não permitiu perceber seus aliados e sua luta também foi alterada. Como diz Marx:

Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês. (MARX, 2001, p.56).

As condições históricas do tempo de Luiz Bonaparte não eram as mesmas que as de Napoleão, o que promoveram alterações nas condições e interesses das classes sociais, no caso, dos camponeses. Não era mais possível uma relação harmônica com a burguesia por identidade de interesses, tal como no período napoleônico. Nas condições materiais e políticas do período de seu sobrinho, o campesinato pelas suas contradições seria a única classe que poderia aliar-se ao proletariado, pois os seus inimigos já eram comuns. No entanto, dado as condições econômicas sociais e políticas do campesinato não permitiram a compreensão da necessidade de uma necessária aliança com o proletariado.

No entanto é comum em setores marxistas e não marxistas claramente com posições *anticampesinistas*¹⁹ a referência aos camponeses como “*sacos de batatas*”, expressão essa

¹⁹ Categoria usada com maior frequência nos demais países da América para definir setores marxistas e não marxistas que ainda concebem o campesinato como sinônimo de atraso. Na literatura brasileira esse termo é

que como vimos anteriormente foi usada por Marx para definir a condição das massas camponesas na França no 18 Brumário. Naquela ocasião ele analisava um acontecimento histórico muito específico e a maneira como ele usa as palavras nesse texto é transplantada a outro período histórico. O que percebemos na leitura de Marx é uma descrição da situação em que camponeses franceses viviam, uma vez que estes representavam a maior parte da população francesa, não podendo passar despercebido por ele. A conhecida afirmação marxista “camponeses são como sacos de batatas” se popularizou nos meios de esquerda como forma de desqualificar o campesinato.

Outra conclusão sobre o campesinato que nos parece equivocada a partir da leitura do 18 Brumário diz respeito à condição “eterna” de sua incapacidade não se constituir como classe.

(...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 2001, p. 54)

No entanto, Marx revela como as condições materiais forjam a formação de uma classe “*Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela das outras classes e se opõem a estas de modo hostil, aquelas formam uma classe*”. (MARX, 2009, p. 325).

1.4. CAPÍTULO XXIV DO O CAPITAL: A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Ainda que O Capital não seja abordado neste trabalho como obra completa, buscaremos através do capítulo XXIV observar o processo de aprofundamento e amadurecimento teórico da análise sobre o capitalismo e sua tendência hegemônica, bem como outras possibilidades históricas do desenvolvimento da sociedade. Ainda que os textos anteriores tragam elementos base para a compreensão das ideias e posições de Marx, é em O Capital que o autor aprofunda com detalhes o processo de “fundação” do capitalismo, como é seu funcionamento político, econômico e social. No referido capítulo veremos como se deu de forma hegemônica a acumulação primitiva de capital e sua relação com nosso tema abordado.

usado por Raimundo Santos, no livro “Na cultura política brasileira”, de Caio Prado Júnior. Dos setores não marxistas é possível ver essas posições no vídeo “*Novo Mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra*”, da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Uma leitura minuciosa nos possibilitou compreender o pensamento de Marx como fragmentado acerca do tema do presente trabalho, como se houvesse rupturas, levando alguns a dizerem que seria possível falar em vários Marx. É possível compreender através texto como o pensamento de Marx foi amadurecendo acerca de várias questões, dentre elas sobre a existência do campesinato no capitalismo e seu papel em processos de transição.

Buscaremos, sobretudo, entender como Marx, no Capítulo XXIV, aponta a tendência geral de desenvolvimento das forças produtivas com a supressão ou redução das formas economicamente camponesas. Tendência essa a qual muitos marxistas se apegam como mediação para pensar o desenvolvimento do capitalismo. Compreenderemos também o modo como Marx mostra em sua obra a realidade sobre a qual se debruça, assim como o desenrolar do processo de acumulação primitiva de capital, incluindo suas bases constitutivas.

Para garantir a existência do capitalismo e o sistema sócio metabólico de produção e reprodução do capital, foi necessária uma violenta superação do modo de produção feudal: *“uma acumulação “primitiva” (previous accumulation em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”*. (MARX, 1996, p. 339). Tal processo exigiu a destruição da economia de base camponesa através da conversão de suas terras em pastagens para ovelhas e da expulsão dos camponeses, e todas as formas artesanais de produção foram destruídas. Gorender se refere a esse período como uma época de subversão da ordem existente. Na medida em que os camponeses e artesãos foram sendo destruídos, o proletariado nascia em seu lugar. Essa é uma das marcas do processo de acumulação primitiva na Inglaterra estudada por Marx: junto à destruição do campesinato nascia o operariado urbano, o que possibilitava o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 1996, p. 340).

Marx revela as bases nas quais está assentado o processo de acumulação primitiva, porém faz uma ressalva importante para compreender o “Capítulo XXIV”. Afirma ele que o processo histórico descrito é acontecimento exclusivo da Inglaterra, porém serve como parâmetro de uma tendência principal, sendo que neste país o processo ganha maior

velocidade em termos de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX, 1996, p.341-342)

Vale ressaltar que nem sempre o avanço das forças de desenvolvimento do capitalismo leva ao processo acelerado de proletarização da população camponesa como ocorreu na Inglaterra. Nesse sentido, Marx afirma que ao mesmo tempo em que o processo de expropriação camponesa, criando “*a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI*” (MARX, 1996, p. 342) na Inglaterra, no Norte da Itália, em fins do século XV, o movimento era exatamente o contrário.

Quando a revolução do mercado mundial, no final do século XV, destruiu a supremacia comercial do norte da Itália, surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores das cidades foram expulsos em massa para o campo e lá deram à pequena agricultura, exercida sob a forma de jardinagem²⁰ impulso nunca visto. (MARX, 1996, p. 342)

Em meados do século XIV, os camponeses livres representavam a parte mais importante da nação inglesa e gozavam de certo bem-estar e autonomia econômica. Tal situação não tinha o menor valor para as necessidades do desenvolvimento capitalista. Mesmo que esse processo de expropriação dos camponeses pudesse levar o país à ruína, esse era o movimento necessário para desenvolver o capitalismo na Inglaterra.

Tal movimentação teve como consequências leis que buscavam limitar o processo expropriatório, tentando revertê-lo. “*Um decreto de Henrique VII, de 1489, c. 19, proibiu a destruição de todas as casas camponesas, às quais pertenciam pelo menos 20 acres²¹ de terra*”. (MARX, 1996, p.344.) Tais iniciativas se mostraram infrutíferas, uma vez que o desenvolvimento capitalista necessitava que a massa de trabalhadores estivesse livre, e que seus meios de trabalho se transformassem em capital. Tais medidas inibiram o processo violento de expropriação das massas camponesas por pouco tempo. Este recebeu novo impulso, no século XVI, no qual “*a propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada*”. (MARX, 1996, p. 346). Ao ponto que no 43º ano do reinado da rainha Elisabeth houve o

²⁰ Na versão em espanhol do Capital no lugar de jardinagem, esta horticultura.

²¹ 20 acres = 8.09 hectares

reconhecimento da pauperização das massas populares por meio da criação do chamado imposto para os pobres. Esse processo fez com que no século XIX, os camponeses perdessem a conexão entre a lavoura e a propriedade comunal. Entre 1810 e 1831 foram confiscadas mais terras camponesas e doadas aos senhores de terras. Conhecida como *Clearing of Estates*²² tais ações varreram os camponeses do campo, fazendo com que não encontrassem mais terra para plantar e morar.

Marx enfatiza que o processo de acumulação primitiva do capital foi possível com a utilização de “métodos idílicos” que conquistaram as terras para o desenvolvimento da agricultura capitalista, convertendo as massas camponesas em trabalhadores livres da terra e do julgo feudal.

Ao abordar a “*Gênese dos arrendatários capitalistas*”(MARX, 1996) traz elementos centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo e o campesinato ao longo do processo histórico. Com base nas descrições históricas de processos assinalados por Marx no capítulo XXIV, por muito anos houve defesas incondicionais da extinção do campesinato por parte de algumas tradições marxistas. No entanto, Marx afirma nesse texto que o processo de expropriação camponesa cria de imediato os arrendatários, senhores donos de terras, capitalistas, porém esse processo não é linear nem contínuo. Em locais onde havia camponeses livres seriam diversas as formas pelas quais tais camponeses eram transformados em proletariado livre.

O capítulo XXIV do *Capital* nos revela como o processo de expropriação camponesa foi a base e a origem da formação da indústria capitalista, com a transformação dos camponeses livres em proletários livres. A destruição do ofício doméstico rural, com a separação do camponês de seus meios de produção, foi uma exigência para a formação de um mercado interno com a extensão e a coesão necessárias para o modo de produção capitalista. Essa expropriação camponesa proporcionou a separação entre manufatura e agricultura.

A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno. (...) os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados. (...) antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. (MARX, 1996, p. 367)

²² *Clearing of Estates*: limpeza das propriedades, de fato, varredura dos homens fora delas, ou como se chamava na Alemanha «*Bauernlegen*» [expropriação dos camponeses]

Descrevendo o papel do Estado no processo de acumulação primitiva, Marx aborda o processo onde *“A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica. (...) o capital nasce escorrendo por todos os poros, sangue e sujeira da cabeça aos pés”*. (MARX, 1996, p.379) No entanto na via inglesa, ao mesmo tempo em que há uma destruição progressiva do campesinato, há um processo de recriação de um novo campesinato, em menor número e em suas palavras *“sob uma forma sempre piorada”*. (MARX, 1996, p.368). O que Marx nos diz e podemos observar é de acordo a tendência geral de desenvolvimento capitalista, onde há supressão das formas camponesas de uso da terra, estas voltam a se reproduzir como camponesas, porém como ele bem diz de forma piorada. A fim de exemplificar esse processo podemos ter como exemplos famílias de trabalhadores sem-terra que pelas determinantes históricas foram expulsas da terra, e que uma vez retornando a terra terão uma série de dificuldades de adaptação a nova vida. Dificuldades de conhecimentos históricos, agrônômicos, ambientais para controlar e dominar o processo produtivo. Ou seja, a luta dos trabalhadores sem-terra é uma das formas de reprodução camponesa, no entanto, no que tange ao aspecto produtivo haverá deficiências.

No Capítulo XXIV, há uma tendência geral que aponta a destruição progressiva do campesinato no processo de acumulação primitiva. Fenômeno esse descrito por Marx como parte do desenvolvimento dos países centrais. No entanto, por necessidade do próprio modo de produção, tal destruição não se dá de forma homogênea no mesmo tempo histórico, havendo assim um processo de recriação camponesa sobre outras condições. Nos países de capitalismo tardio como é caso dos países da América Latina, as formações capitalistas (nacionais) se desenvolveram por meio de bases distintas da Inglaterra analisada por Marx no capítulo XXIV. O mesmo pode ser dito acerca da formação das classes sociais, sobretudo do campesinato que se desenvolveu inserido nas lutas de classes, contundentes lutas anticapitalistas e anti-imperialistas.

CAPÍTULO 2. MARX E A QUESTÃO CAMPONESA

Esse segundo capítulo é de extrema importância para nosso trabalho uma vez que nele que apresentamos o Marx desconhecido, que traz questões importantes a serem refletidas sobre o desenvolvimento histórico e papel das formas camponesas no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo. Os textos que trabalhamos nesse capítulo em sua grande

maioria são desconhecidos pela maior parte das organizações marxistas.

2.1. CARTA À REDAÇÃO DE OTIECHÉSTVENNIE ZAPISK (1877)

Analisar obras pouco conhecidas nos permite uma aproximação cada vez maior do materialismo histórico dialético, compreendendo que o desenvolvimento histórico não pode ser baseado em um determinismo²³ que nos faz crer que a história é linear. Ao ter acesso a esse Marx tardio fica mais claro que a aproximação do autor dos estudos sobre a Rússia, bem como sobre questões coloniais, etnográficas e antropológicas, pode trazer novos elementos para a análise do processo histórico que de alguma maneira permite contribuir, para superação de certas posições que em muitos momentos se tornaram deterministas no interior do marxismo.

Muitos se apegam a uma passagem do prefácio de *“Para a Crítica da Economia Política”* (Marx, 2008) onde Marx afirma: *“em grandes traços, podem ser os modos de produção de asiático, antigo, feudal e o burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade”*. (MARX, 2008, p.48). Tal apego a essa passagem por parte de muitos teóricos marxistas levou a uma concepção determinista do processo histórico. Nesse aspecto a interpretação de Stálin leva ao desenvolvimento de uma visão determinista da história no marxismo. *“A história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo”* (Stalin, 1945). O que percebemos na passagem de Stalin é a visão linear do processo histórico, onde todos os povos deveriam, na mesma medida, passar por essas fases de desenvolvimento. Hipóteses como essa levaram a concepções etapistas e positivistas da revolução.

O texto que abordaremos é a resposta de Marx ao diretor do Jornal *Otiechéstvennie Zapisk*²⁴, no final de 1877. Ainda que Marx não a tenha enviado, Engels achou o rascunho da carta e o reproduziu, enviando cópias para sua publicação. Foi publicada legalmente em outubro de 1888, no jornal russo *luridítcheski Véstnik*²⁵. O que deixou Marx inquieto foi o fato de que com a intenção de defender, o diretor do jornal adere a uma possível teoria

²³ De acordo com Dicionário básico de categorias marxistas **Determinismo** é uma corrente de pensamento que confere às regularidades da sociedade um caráter inelutável, necessário e apodítico (que não admite dúvidas). Tende a assimilar as leis históricas com as leis naturais. Interpreta as leis estudadas por O Capital — leis tendenciais — como se fossem —leis de ferro, que se cumprem sempre, independentemente da luta de classes.

²⁴ *Anais Pátrios*: Revista político-literária. Sendo editada em Petersburgo em 1820. Após 1839 tornou-se a melhor revista progressista pelas posições e publicações a revista foi alvo de perseguições por parte da polícia czarista e em abril de 1884 foi encerrada pelo governo

²⁵ Mensageiro Jurídico

unilateral da história humana. Além disso, o que também contrariou a Marx foi a maneira em que ele se distanciou do marco dialético do seu livro. A fim de esclarecer seus posicionamentos teóricos, através da “Carta à Redação de Otiechéstvennie Zapisk”, Marx responde de forma que nos permite compreender que ainda que estivesse se referindo ao contexto russo, sua posição cria as condições para o debate da questão camponesa, ou seja, a questão posta era como incorporar o campesinato no desenvolvimento histórico em um processo de transição para o socialismo.

Tal resposta traz os elementos que nos permitiria pensar o desenvolvimento histórico não de forma linear, e sim que há possibilidades de desenvolvimento de processos de transição nos quais não há necessidade da desapareição de formas de produção que muitos marxistas consideram como resquícios do passado. No posfácio da edição alemã do Capital, onde Marx cita o escritor russo M. Shukovsky, ele se refere ao desenvolvimento na Rússia. A questão posta é se a Rússia, em finais do século XIX, deveria iniciar a destruição da “comuna rural” e passar diretamente ao regime capitalista, ou se ao contrário ela poderia se apropriar das condições de propriedade comunal e transitar ao socialismo. Marx conclui tal questão afirmando:

Enfim, como eu não gosto de deixar nada “para ser adivinhado”, direi as coisas sem meias palavras. Para poder julgar com conhecimento de causa o desenvolvimento econômico da Rússia contemporânea, aprendi a língua russa e depois estudei durante longos anos as publicações oficiais referentes a esse tema, entre outras. O resultado a que cheguei foi este: se a Rússia prosseguir no rumo tomado depois de 1861, ela perderá a melhor chance que a história já ofereceu a um povo, para, em vez disso, suportar todas as vicissitudes fatais do regime capitalista. (MARX, 2013, p.66)

Percebemos o quanto Marx procura aprofundar seus estudos sobre as possibilidades e caminhos do desenvolvimento na Rússia, apontando as possibilidades históricas que esta tem em evitar a “*as fatais vicissitudes do regime capitalista*”. (MARX, 2013, p.66). Como já assinalado nas reflexões do capítulo XXIV do O Capital, o processo de desenvolvimento histórico não acontecerá tal como foi na Europa Ocidental. “*O capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal*”. (MARX, 2013, p.66). Ordem econômica em que, para se desenvolver, o capital necessitou da expropriação dos camponeses. Esse movimento se deu de forma completa apenas na Inglaterra, “*Isso não se completou radicalmente, exceto na Inglaterra, mas todos os países da Europa Ocidental estão*

indo pelo mesmo movimento”. (MARX, 2013, p. 67)²⁶. Vale a pena lembrar que na Europa Ocidental o capitalismo se fundou na supressão da propriedade privada camponesa, suplantada pela propriedade privada capitalista, assim como na exploração do trabalho de outros. No caso dos camponeses russos, sobre o qual Marx está dialogando, a mudança seria a transformação da sua propriedade comum em privada. Nesse caso, a questão seria: é possível passar da comuna rural russa ao socialismo? A questão posta em debate é sobre as possibilidades de transição da propriedade comum camponesa para propriedade socialista. Os questionamentos postos eram em torno da não necessidade de transformar a comuna russa (propriedade camponesa) em propriedade privada capitalista para avançar no processo revolucionário na Rússia.

Ainda sobre a Rússia, Marx (Marx, 2013) afirma que se o país caminha para tornar-se uma nação capitalista, dois caminhos se apresentam: a) expropriar e transformar boa parte dos camponeses em proletários; b) submeter-se ao capitalismo, suportando suas leis impiedosas. A fim de esclarecer ao diretor da redação *Otiechéstvennie Zapisk*, o senhor Mikhailovsky, sobre tais possibilidades e sobre a não linearidade da história, utiliza também como exemplo o processo do império Romano:

(...) em diferentes pontos de O Capital fiz alusão ao destino dos camponeses livres que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados. (...) numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e do outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas em uma plebe ociosa cujo nível de vida era mais baixo ainda que as dos “poor whites [brancos pobres]” dos estados sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles não se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas o escravagista. (MARX, 2013, p. 68-69)

Marx nos traz elementos para afirmar que não existe teoria histórico-filosófica que possa impor a todos os povos um único caminho de desenvolvimento que leve ao capitalismo. Nesse sentido, poderíamos nos perguntar se não há caminho único no desenvolvimento do capital poderia haver caminho único no desenvolvimento do socialismo?²⁷

²⁶ O Capital, edição francesa, 1879.

²⁷ A fim de estabelecer um paralelo entre Marx e Lenin nessa questão, o último aponta, em 1917, que as formas organizativas de cada processo revolucionário se dariam de formas distintas, bem como o vínculo da revolução socialista e as nações coloniais (oprimidas) e o papel que o campesinato desempenharia nesses processos. Nesse sentido, a questão nacional e a questão agrária, na fase do imperialismo, ganham outro caráter nas lutas nacionais e agrário camponesas.

Eventos notavelmente análogos, mas que têm lugar em meios históricos diferentes levam a resultados totalmente distintos. Estudando separadamente cada uma dessas formas de evolução e, logo depois, comparando-as poder-se-á encontrar facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca se chegará a ela mediante o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica. (MARX, 2013, p. 69)

Marx afirma que não há um único caminho que leve ao capitalismo, ou seja, a via de desenvolvimento capitalista não obedecerá as mesmas regras do que aconteceu nos países da Europa Ocidental. Lênin também aborda essa questão quando debate sobre o papel da revolução russa nos países sob jugo colonial, afirmando que é errado supor que o capitalismo é fase necessária para todos povos atrasados, ou seja, para chegar ao socialismo seria necessário que todos os países passassem pelas mesmas fases de desenvolvimento capitalista, “*é errôneo supor que a fase capitalista de desenvolvimento seja inevitável para os povos atrasados*” (LENIN, t. XI, p. 196).

2.2. CARTA DE VERA ZASSULICH²⁸ À MARX

“Corremos el riesgo de conocer a Luxemburg o Lenin de la A a la Z, e ignorar los escritos del propio Marx. ”

(David Riazanov, 1924)

David Riazanov, um dos principais pesquisadores e biógrafos da obra de Marx, organizou e publicou aproximadamente 250 artigos desconhecidos do autor, escritos durante o período em que Marx foi colaborador dos jornais “The New York Tribune”, “The People’s Paper” y “Neue Oder Zeitung”. Foi o responsável por organizar em 1911 os arquivos da família Marx, que estavam na posse de Paul Lafargue e Laura Marx. Dentre os materiais até então desconhecidos, Riazanov encontrou vários rascunhos de cartas inéditas, como as

²⁸ Vera Ivánovna Zassúlitch (1849-1919), militante revolucionária russa, destacada militante do movimento populista revolucionário, conhecido como A Partilha Negra (Tchórní Peredel) palavra que exprimia de acordo com a cultura do campesinato a aspiração dos camponeses à partilha total das terras. Os populistas consideravam os camponeses como força revolucionária fundamental na Rússia e faziam agitações dentre os camponeses, e através de ações terroristas procuraram assassinar altos funcionários do Tzar. No início dos anos de 1880 adota ao marxismo, onde juntamente com Plekhanov e outros revolucionários russos criaram em 1883 primeira organização marxista russa “*Grupo Emancipação do Trabalho*” (Osvobodjénie Truda). Passando posteriormente a combater o movimento populista revolucionário, onde passaram a adotar posições que subestimava o papel revolucionário do campesinato. Mais tarde contribuiu com a criação do Partido Operário Social- Democrata Russo (POSDR) e no II Congresso POSDR (1903) aderiu aos Mencheviques, mudando radicalmente suas posições quando foi parte do movimento populista russo, passando a apoiar a política de participação da Rússia na I Guerra Mundial e se opôs aos Bolcheviques que defenderam a insurreição para a Revolução de Outubro.

respostas de Marx à populista russa Vera Zassulich, publicadas em 1923 em uma recopilação da história do movimento revolucionário russo. Riazanov enfatiza que, dado o grau da importância que essas correspondências teriam para os debates dos círculos revolucionários russos, permaneceram desconhecidos os motivos pelos quais as correspondências caíram no esquecimento. Enfatiza inclusive que tanto Plekhanov e a própria V. Zassulitch²⁹ também esqueceram por completo dessas cartas.

Os debates da I internacional produziram certa tendência de interpretação sobre a teoria de Marx acerca do desenvolvimento histórico onde, a partir dos intérpretes, a história percorreria um caminho linear de desenvolvimento, passando necessariamente pelo mesmo processo que passara na Europa Ocidental.

Esses debates sacudiam as filas do movimento revolucionário russo³⁰ em princípios da década de 1880. Os populistas sustentavam que à Rússia poderia passar diretamente ao socialismo sem ter que experimentar uma etapa capitalista, graças à existência da comunidade camponesa que constituía a base para estabelecimento de uma forma social mais avançada que o capitalismo. No entanto, vários leitores russos de O capital apontaram que a Rússia teria que transitar obrigatoriamente por uma etapa capitalista antes de poder pensar em lutar pela instalação do socialismo. Esse era o debate político que fez com que Vera Zassulich se dirigisse a Marx, em 16 de fevereiro de 1881 através de carta, para que se posicionasse acerca das possibilidades revolucionárias das comunas camponesas russas.

Vera Zassulich inicia a carta informando que O Capital é de grande popularidade na Rússia, apesar das restrições e confiscos feitos pela polícia do Tzar e os poucos exemplares que circulam no conjunto de pessoas instruídas do país. Enfatiza que essa obra desempenha um papel importante nos debates sobre a questão agrária na Rússia e sobre a comuna rural. Vera enfatiza que esta é uma “questão é de vida ou morte” precisando assim de uma posição de Marx.

(...) a meu ver, trata-se de uma questão de vida ou morte, sobretudo para o nosso partido socialista. Do posicionamento da vossa parte sobre essa questão depende até mesmo o nosso destino pessoal como socialistas revolucionários. Apenas duas soluções possíveis. A comuna rural, liberada

²⁹ Ver nota 22: pela biografia de Vera é possível compreender porque tais cartas foram esquecidas.

³⁰ O populismo russo sustentava que o povo (principalmente camponeses) era sujeito capaz de regenerar a sociedade russa, pois nele estavam contidas suas melhores virtudes. Sem discutir aqui as profundas diferenças dentro do populismo, pode-se dizer que os populistas tinham em comum a defesa da comunidade rural, que considerava como a portadora do germe da mais avançada organização social, mais do que o capitalismo ocidental, baseado no individualismo e egoísmo. Daí a controvérsia com alguns dos leitores de O Capital na Rússia, que argumentavam que a comunidade rural estava destinada a desaparecer, porque esta era uma lei do processo histórico.

das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista, quer dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas. Nesse caso, o socialista revolucionário deve envidar todos os seus esforços em prol da libertação da comuna e de seu desenvolvimento. (MARX, 2013, p. 79).

Vera Zassulich aponta a Marx que seus discípulos russos afirmavam “*Foi Marx quem disse isso*” (MARX, 2013, p. 79), quando diziam que a comuna rural estava condenada à morte e esta era a forma arcaica de propriedade. Indagando a Marx sobre o futuro da comuna, Zassulich aborda uma segunda solução possível:

(...) a comuna está destinada a perecer, ao socialista como tal não resta outra coisa senão dedicar-se a cálculos mais ou menos mal fundamentados para descobrir em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa Ocidental. (MARX, 2013, p. 79).

Zassulich diz na carta que ao indagar os discípulos de Marx como eles saberiam a resposta de deste em *O Capital*, uma vez que não trata da questão agrária, muito menos cita a Rússia, a resposta recebida é enfática afirmando que Marx “(...) *teria dito se tivesse falado de vosso país*” (MARX, 2013, p. 79). Por isso, Zassulich insiste na carta que a resposta de Marx é de fundamental importância para o futuro do movimento revolucionário russo, uma vez que estão baseados nele quando afirmam que a “*teoria da necessidade histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista*.” (MARX, 2013, p. 79). Essa é a questão central, posta por Zassulich, em sua correspondência à Marx, qual o caminho da comuna rural e qual seria o papel dos revolucionários.

2.3. ESBOÇOS DA CARTA DE MARX À VERA ZASSULICH

Na carta de 1877, Marx ressalta seu ponto de vista multilinear, sem muito analisar a situação da Rússia além do que estava exposto no primeiro volume de *O Capital*. Nos rascunhos das cartas para a revolucionária russa Zassulich, Marx começa a fazer tais análises.

Retomando David Riazanov quando afirma que tanto a carta enviada por Vera Zassulich a Marx como a resposta caíram no esquecimento, de acordo com Amílcar Figueroa³¹, Marx já vinha dialogando com o comitê de São Petersburgo dois anos antes da

³¹ Amílcar Figueroa Salazar, historiador venezuelano, ex-guerrilheiro, foi membro do Burô político do Partido

carta de Vera. Em outras palavras, esse tema já vinha sendo parte dos estudos de Marx, sobretudo o problema agrário russo e a constituição das comunas rurais. Até chegar a resposta em março de 1881, Marx elaborou quatro esboços, buscando a precisão em sua resposta e esclarecer, para evitar qualquer má interpretação que pudera ser feito a partir de seus escritos, já que alguns de seus seguidores já o distorciam.

Marx, cuja capacidade de trabalho foi prejudicada pelo cansaço e a doença no início dos anos 1880, dedicou grande atenção à correspondência de Zasulich, tendo preparado quatro rascunhos antes de escrever o texto final da sua resposta à revolucionária russa. Questionado por Vera quanto a como iria ser o processo de desenvolvimento histórico da comuna rural russa, bem como por quanto tempo resistiria a comuna rural russa até se desintegrar e qual papel teriam os revolucionários nesse processo, Marx produz além dos esboços, a versão final da carta datada de 8 de março de 1881. Entre os esboços e a versão final, vemos o longo caminho de análises que Marx desenvolve até chegar a uma resposta.

No primeiro esboço, Marx expõe sobre a gênese da produção capitalista no processo de separação radical do produtor de seus meios de produção como base para a evolução do processo de expropriação dos camponeses, enfatizando que ela só se realiza de forma radical na Inglaterra. Nesse país, o processo de transformação foi de uma forma de propriedade privada (camponesa) em outra forma de propriedade privada (burguesa).

[o] movimento de eliminação que transforma os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados e que, por conseguinte, converte a propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, essa expropriação dolorosa e terrível do povo trabalhador, aí estão as origens, aí está a gênese do Capital. [...] A propriedade privada, fundada no trabalho pessoal [...] é suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado. (MARX, 2013, p. 89).

Importante ressaltar que no caso dos camponeses russos, referido por Marx, a terra jamais fora propriedade privada. Então como seria o processo de desenvolvimento? Seria suficiente aplicar a fórmula mecanicista para conceber o desenvolvimento do capitalismo na Rússia? Marx, buscando compreender tal questão, aponta uma vez que a comuna de camponeses russos esteja estabelecida em escala nacional, é possível pensar outro processo histórico de seu desenvolvimento para a transição ao socialismo. Uma vez que a comuna coincide com o avanço positivo proporcionado pelo capitalismo.

Na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças a contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar vicissitudes desagradáveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias orientais” (MARX, 2013, p. 89-90)

Marx mostra, nos esboços da carta, seu profundo conhecimento sobre as formações sociais que tinham em sua base as propriedades comunais, como no caso da Ásia, Índias Orientais e na Germânia, assim como seu processo de dissolução, mostrando como essas transitaram da propriedade comum para a propriedade privada. Relata que no caso da

Índias Orientais, por exemplo, todo mundo – menos Sir H.[Henry] Maine e outras pessoas da mesma laia – sabe que lá a supressão da propriedade comum do solo não passou de um vandalismo inglês, que não impulsionou o povo indiano para frente, mas o empurrou para trás. (MARX, 2013, p. 108).

A questão colocada por Marx é se no caso das comunas russas esse seria o caminho de desenvolvimento. *“De modo algum. Sua forma constitutiva admite a seguinte alternativa: ou o elemento da propriedade privada implicado prevalecerá sobre o elemento coletivo ou este último prevalecerá sobre o primeiro”*. (MARX, 2013, p.93). Ele aponta que o que vai incidir sobre seu futuro é o processo sócio histórico que se levará a cabo. *“Essas duas soluções são a priori possíveis, mas para que ocorra uma ou outra é preciso, evidentemente, que haja ambientes históricos completamente díspares. Tudo depende do ambiente histórico em que a comuna se encontra localizada”*. (MARX, 2013, p. 93). Ainda sobre o futuro da propriedade da *“comuna agrícola”*, Marx volta a apontar as possibilidades históricas da comuna rural.

A propriedade comum da terra lhe permite transformar de modo direto e gradual a agricultura parcelária e individualista em agricultura coletiva, sendo que os camponeses russos já a praticam em pradarias indivisas; a configuração física do seu solo convida a exploração mecânica em larga escala; a familiaridade do camponês com o contrato de arte facilita a transição parceleiro para trabalho cooperativo (...) a contemporaneidade da produção ocidental, que domina o mercado mundial, permite a Rússia incorporar à comuna todas as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem passar por seus forcados caudinos [fourches caudines]

(MARX, 2013, p.94).

No plano político, percebemos que Marx reconhece os indicativos levantadas pelos *narodniks*³² quanto às possibilidades de desenvolvimento da comuna rural russa como base superação do capitalismo.

Falando em termos teóricos, a “comuna rural” russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar a pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista, regime que, considerado exclusivamente do ponto de vista de sua duração possível, conta muito pouco na vida da sociedade. Porém, é preciso descer da teoria pura à realidade russa”. (MARX, 2013, p. 96)

Para Marcos Del Roio³³, a questão russa ou da “comuna rural” russa é de uma particularidade que se faz necessária uma análise concreta que O capital não pode dar conta. O que leva Marx a aprofundar seus estudos e perceber “*que a contaminação capitalista na Rússia pode tanto levá-la também ao capitalismo como pode gerar uma variante não-capitalista de organização social baseada na propriedade comum não-capitalista*”. (DEL ROIO, 2003, p. 125).

Marx aponta ainda as ameaças que o desenvolvimento da “comuna rural” russa sofre por parte da ação do Estado Czarista, sendo que seriam dois caminhos a serem implementados para reconstruir a “comuna rural”: no primeiro, não seria necessária a expropriação dos camponeses de suas terras, como foi feito na Inglaterra, a apropriação de sua produção a ponto que eles “naturalmente” se entregassem para as vias do assalariamento por chegar a uma situação de pobreza extrema. Outra possibilidade seria uma ação do Estado colocar a “comuna rural” em condições econômicas anormais, aumentando impostos, introduzindo as leis do mercado capitalista no interior da comuna, promovendo sua dissolução junto com fortes impulsos aos ramos do sistema capitalista ocidental. “*A menos que seja rompido por uma potente reação, esse concurso de influências destrutivas naturalmente deverá levar a comuna rural à morte*”. (MARX, 2013, p.97).

Acerca das ameaças que a comuna russa sofre, Marx aponta que “*o que ameaça a vida da comuna russa não é a fatalidade histórica nem a fatalidade teórica, a opressão do Estado*

³² Narodniks quer dizer populistas russos, em russo seria Народничество.

³³ Marcos Del Roio, Professor da UNESP. Departamento de Ciências Políticas – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP. Estudos de Sociologia, Araraquara, 15, 121-129, 2003

e a exploração pelos intrusos capitalistas que se tornaram poderosos à custa dos camponeses, com a ajuda do próprio Estado”. (MARX, 2013, p. 105)

No segundo esboço, Marx afirma à Vera que desconhece os “marxistas” aos quais ela se refere, que na Rússia adota tais posições relatadas. Afirma também que os russos, com quem ele mantém contato pessoal, têm posições completamente opostas às relatadas por ela na carta. *“Os “marxistas” russos de que falais me são desconhecidos. Os russos com os quais tenho relações pessoais, ao que eu saiba, tem pontos de vista totalmente opostos.”* (MARX, 2013, p. 104). E que para os defensores do argumento da dissolução da comuna rural restaria apenas um argumento, o de que *“a comunidade comunal existiu em toda parte da Europa Ocidental e desapareceu por completo com o progresso social; portanto, como ela escaparia à mesma sorte na Rússia?”* (MARX, 2013, p. 104). Para tal questão Marx recorda que: i) a dissolução da propriedade comunal na Europa Ocidental e o nascimento do desenvolvimento do capitalismo estão separados por um intervalo imenso de séculos; ii) a dissolução da propriedade comunal na Europa ocidental não deu origem a produção capitalista; e por fim, iii) mesmo que sua Rússia estivesse isolada do mundo, deveria por conta própria elaborar as conquistas econômicas que ocorreram na Europa Ocidental, de tal maneira que assim poderia as comunas estarem fadadas a sua dissolução. No entanto, a situação da comuna russa é totalmente distinta dessas três possibilidades: a comuna russa é absolutamente oposta às comunidades primitivas da Europa ocidental. A Rússia é o único país da Europa em que essa forma de propriedade atinge todo território nacional, e seu tempo histórico é contemporâneo de uma cultura superior, sendo possível a ela absorver os resultados positivos da produção capitalista. Um traço importante, ressaltado por Marx na diferenciação da comuna russa das comunidades arcaicas que a antecedeu há séculos na Europa Ocidental, é que *“Todas as outras comunidades se baseiam nas relações de consanguinidade entre seus membros. Não se pode participar delas, a menos que seja parente natural ou adotado”.* (MARX, 2013, p. 109). Ou seja, as relações são baseadas e estruturadas nas relações genealógicas. No entanto, enfatiza Marx que *“a “comuna agrícola” foi o primeiro agrupamento social de homens livres, não ligados pelo vínculo do sangue”.* (MARX, 2013, p. 109). Sobre as superioridades da comuna russa, diz ele *“que a forma da propriedade comunista na Rússia é a mais moderna do tipo arcaico, tendo ela própria passado por uma série de evoluções”.* (MARX, 2013, p. 105).

Nos quatro esboços da resposta a Zassulich, Marx traz questões que enriquecem o debate acerca da questão camponesa na Rússia. No final do segundo esboço, afirma que a comuna russa abriga um dualismo que reside entre a propriedade da terra que é comum, mas

que cada família usa e explora a terra de forma individual, sendo que este dualismo é, em longo prazo, um gérmen de sua dissolução. Porém ressalta que seu dualismo inato admite uma alternativa pelo fato de estar em situação única, com condições que só ela possuiu ao largo da história. Sendo a única na Europa que constitui uma forma orgânica, uma vida rural em um imenso território. De uma propriedade comum do solo que pode ser a base para o processo de apropriação coletiva, bem como para a superação gradativa da exploração parcelária da agricultura.

Vamos abstrair por um momento as misérias que afligem a comuna russa e enfoquemos suas possibilidades de evolução. A comuna está numa situação única, sem precedente na história. Na Europa, somente ela ainda possui uma forma orgânica, predominante de vida rural de um império imenso. A propriedade comum do solo lhe oferece a base natural da apropriação coletiva, ao passo que seu ambiente histórico, a contemporaneidade com produção capitalista, oferecendo-lhe já prontas as condições materiais de trabalho cooperativo, organizado em larga escala. Ela pode, portanto, incorporar as conquistas positivas realizadas pelo sistema capitalista sem passar por seus “forcados caudinos”. (MARX, 2013, p. 111)

Acrescenta ainda que em sua *“forma presente, ela poderá tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna e trocar a pele sem precisar antes cometer suicídio”* (MARX, 2013, p. 112). Por fim, Marx conclui os esboços apontando o caminho da comuna rural russa. *“Para salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa”*. (MARX, 2013, p. 102). Ao contrário, a ação do Estado levaria a comuna a sua catástrofe.

(...) se a revolução acontecer em tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela logo se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista. (MARX, 2013, p. 102).

Os quatro esboços, apesar de em alguns momentos parecerem repetitivos, mostram a riqueza de detalhes do que Marx está pesquisando sobre as relações sociais na Rússia para responder as questões levantadas por Vera Zassulich em sua carta. Revelam um cuidado minucioso com o processo de escrita das palavras e com um de seus objetivos, qual seja, *“dissipar todo mal-entendido em relação a minha assim chamada teoria”* (MARX, 2013, p. 107), teoria essa sobre a qual os “marxistas” russos estavam realizando afirmações em nome de Marx.

2.4. CARTA À VERA IVANOVNA ZASSULICH, 8 DE MARÇO DE 1881

No mundo acadêmico, sobretudo onde predomina a concepção pós-moderna, e em movimentos sociais e políticos que se nutrem dessas fontes, é sempre comum a referência a existência de um determinismo econômico, oriundo da teoria social de Marx. Muitos afirmam que Marx desenvolveu uma teoria da sociedade em que o fator econômico é o elemento que determina as mudanças de todas as outras instituições sociais. Aplicado à história, esse conceito de Marx supostamente resulta no domínio da teleologia no processo histórico. Em outras palavras, ele teria postulado que toda a história humana é tão inevitável que seu fim é o comunismo, e que os eventos históricos são nada mais que as ligações necessárias no caminho para a mais alta forma de organização social.

No entanto, a afirmação de que Marx defende uma posição determinista e teleológica sobre o processo histórico é inaceitável e a partir da leitura de seus “últimos” escritos. Isso fica demonstrado em seu diálogo com os russos no último terço do século XIX. Ao observar a posição de Marx quanto ao papel da comuna agrícola na Rússia também podemos questionar a interpretação do sentido de setores marxistas que ainda defendem a superação de formas arcaicas (camponesas) como meio para avançar rumo às condições objetivas e matérias para revolução.

Como já mencionamos, Ryazanov é quem encontra os esboços da carta a Vera Sassulich em 1911, entre os papéis de Lafargue. Busca comunicar-se com Plekhanov e Zassulich, porém, ambos dizem recordar as trocas de correspondências com Marx. O mesmo Ryazanov relembra antigos rumores que parecem surpreendentes sobre um confronto entre Plekhanov e Marx a respeito da comuna rural russa, e o que pode parecer contraditório, em Plekhanov temos o papel de marxista e em Marx o de populista. No verão de 1923, Ryazanov fica sabendo através Nikolaevskii que Axelrod encontra uma carta de Marx a Vera Zassulich, uma vez comparada com os esboços e estabelecendo comparações de fato é quanto esboço, só então é publicado de forma completa a carta de Vera Zassulich a Marx e seus esboços.

Em sua resposta, Marx, afirmar que quer deixar claro a ideia de que O Capital não procurar produzir teoria linear e teleológica do processo histórico.

Na base do sistema capitalista reside, portanto, a separação radical entre produtores e meios de produção [...] a base de toda essa evolução é a expropriação dos agricultores [cultivateurs]. Ela só se realizou de um modo radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países da Europa Ocidental percorrem o mesmo processo. (MARX, 2013, p.114).

De nenhuma maneira é aplicar a validade universal da forma de transição. Em qualquer caso, Marx indica que o caráter da transição depende das formas sociais pré-existentes do capitalismo. Sendo assim os esboços da carta para Zasulich são exemplos mais preciso dessa ideia.

Nas leituras realizadas notamos várias passagens onde Marx aborda esse tema buscando reafirma que tal movimento é restrito aos países da Europa ocidental, onde houve a passagem da forma de propriedade privada resultado o do trabalho individual para propriedade capitalista que se funda no processo de exploração do trabalho alheio, bem como sobre o assalariamento. Nesse processo basicamente a mudança é na transformação de forma de propriedade privada para outra. Ao contrario na Rússia esse processo seria completamente distinto uma vez que sua forma de propriedade era comunal e passaria para propriedade privada.

Marx estava preocupado em esclarecer na carta que em O Capital se descreve as linhas gerais de uma forma específica de transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, forma essa experimentada na Europa Ocidental. E que o estudo realizado não oferecia razões nem a favor nem contra a o futuro da comuna rural. No entanto, os estudos apontaram as possibilidades históricas da comuna conforme vimos nos esboços, e Marx expõe na carta que *“o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em fontes originais, me convenceu-me de que esta comuna é a alavanca [point d’ appui] da regeneração social na Rússia”*. (MARX, 2013, p. 115).

Conforme pesquisamos, Marx desde os anos 1870 inicia estudos sobre Rússia, conforme relata em carta em 01 de janeiro de 1870 a Sigfrid Meeyer.

No sé si le he dicho que desde comienzos de 1870 tuve que estudiar ruso, lengua que ahora leo con bastante facilidad. Ello empezó porque me mandaron de San Petersburgo la importantísima obra de Plerovski sobre “La situación de la clase trabajadora (en especial los campesinos) en Rusia. (MARX,1981, p. 54).

A questão russa é de relevada importância para Marx, uma vez que em 12 de dezembro de 1872, em carta a Danielson, diz de suas pretensões em abordar o tema da propriedade da terra no livro II d’ O capital. *“En el libro II del Capital, en la sección sobre la propiedad de la tierra, me ocuparé muy detalladamente de la forma rusa”*. (MARX, 1981, p.43).

Por fim Marx conclui na carta à Vera, que para a comuna funcionar como regeneradora da sociedade russa é necessário sobre tudo *“eliminar influências deletérias”*, ou seja, que está

buscando a morte da comuna “*que assaltam de todos os lados*” a fim de garantir um processo de desenvolvimento de suas potencialidades coletivas e espontâneas.

2.7. PREFACIO A SEGUNDA EDIÇÃO RUSSA DE 1882 DO MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

O Manifesto do Partido Comunista nos traz de forma sintética e pedagógica uma concepção de história, de economia e de estrutura de classes. Os prefácios do manifesto cumprem a função de traduzir à luz do momento e da conjuntura histórica o papel que deve ter a obra.

A primeira edição russa do manifesto comunista foi traduzida por Bakunin, em princípios da década de 1860. A segunda edição foi traduzida por Plekhanov, posteriormente a sua adesão ao marxismo, o que teria muito que ver com a tradução do manifesto. A Rússia vivia nos finais do século XIX momento de grande agitação política, o manifesto vinha como parte da busca dos revolucionários russos por compreender a teoria e ação revolucionária desenvolvida no ocidente. Plekhanov por intermédio de Pior Lavrovitch Lavov³⁴, que era amigo de Marx e Engels, solicitou para a segunda edição do manifesto que fosse produzido um novo prefácio. Em carta Lavrov diz a Marx que os leitores russos estão interessados em saber como eles interpretariam o manifesto no ano de 1882, além do mais um prefácio escrito por eles seria de fundamental importância para dar maior peso a tradução da edição russa aos olhos dos leitores. A primeira publicação do “Prefácio” traduzido foi no Jornal russo A Vontade do Povo, em fevereiro de 1882.

O Prefácio da segunda edição russa do manifesto comunista datado de 21 de janeiro de 1882, assinado por Marx e Engels, foi de grande importância para o debate do movimento revolucionário russo, sobre tudo para aos populistas, em seus esforços de se apropriar dos escritos de Marx e também de grande relevância aos marxistas no processo de aprofundamento no comunismo científico.

Marx e Engels buscaram abordar questões importantes para o momento histórico, como qual o papel da Rússia e dos EUA no processo de desenvolvimento histórico. Uma vez que, no manifesto³⁵ em 1848 eles não citaram os ditos países, pois como ele afirma “o

³⁴ Pior Lavrovitch Lavov, escritor russo, filósofo, sociólogo, coronel professor na academia militar de São Pesteburgo, no qual foi demitido e despromovido por conta de suas ligações com o movimento revolucionário *Zemlya i Volia* (Terra e Liberdade), para não ser rebaixado no exército se exila na França em 1870, pouco antes da comuna e tomando parte por ela. Se torna filiado a I Internacional como delegado e enviado a Bruxelas e Londres.

³⁵ Marx se refere ao capítulo “Posição dos Comunistas face aos diferentes partidos da oposição”

limitado campo do movimento proletário daquele tempo” (MARX, 2013, p. 124) não permitiu tamanha articulação. *“Naquela época, a Rússia se constituía na última grande reserva da reação europeia, enquanto os EUA absorviam o excedente das forças proletárias da Europa que para lá emigravam”*. (MARX, 2013, p. 124). No caso dos EUA Marx aponta como,

(...) pouco a pouco, a pequena propriedade e média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, sucumbem diante da competição das fazendas gigantescas; no paralelo, formam-se pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa. (MARX, 2013, p. 125).

E Rússia? Perguntara Marx. A Rússia foi usada como retaguarda contra-revolucionária pela burguesia e os monarcas da Europa, durante a contra revolução de 1848-1849, transformando a intervenção do Czar na única possibilidade de conter o despertar do proletariado Europeu. O Manifesto Comunista quando publicado tinha por missão proclamar o inevitável desaparecimento da propriedade burguesa. Como já mencionamos anteriormente, tal processo se dá pela superação da propriedade individual que se funda no trabalho pessoal, para propriedade privada capitalista que tem como base a exploração do trabalho de outros. No entanto no caso da Rússia *“mais da metade das terras é de posse coletiva dos camponeses”* (MARX, 2013, p. 125), para Marx o que estava sendo posto em questão era qual o caminho da revolução socialista na Rússia.

A questão agora é: poderá Obchtchina russa³⁶, da forma – se bem quem fortemente minada – da primitiva propriedade comum do solo, passar directamente para a forma superior de propriedade comunitária comunista? Ou, pelo contrário, terá de passar primeiro pelo mesmo de dissolução que constituiu o desenvolvimento do Ocidente? (MARX, 1987, p. 12)

Percebemos na resposta de Marx a profundidade de sua análise quanto às possibilidades históricas de desenvolvimento, no caso russo a possibilidade apontada é de um desenvolvimento histórico que permitisse a revolução de carácter socialista. Em carta a Sorge, de 27 de setembro de 1877, o autor já traz a questão da revolução iniciar pelo Oriente e na Rússia. *“Todos los sectores de la sociedad rusa están en completa desintegración económica, moral e intelectual. Esta vez la revolución empezará en Oriente, que ha sido hasta ahora fortaleza inexpugnable y ejército de reserva de la contrarrevolución”*, (MARX,1983, p.9). Entretanto faz uma ressalva importante para as possibilidades de existência da comuna rural russa.

³⁶ Obchtchina russa = comuna russa, ou MIR

A única resposta hoje possível para tal questão é esta: se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a actual propriedade comum russa do solo pode servir de ponto de partida de um desenvolvimento comunista. (MARX, 1983, p.12).

A questão da “comuna rural” russa levou Marx a realizar estudo teórico acerca do tema possibilitando uma clareza sobre concepção das possibilidades históricas. Desde 1877 Marx já apontava que não seria necessário a dissolução da propriedade comunal para a “moderna” propriedade privada, como mediação para o socialismo, por sua vez conclui que o potencial socialista da comuna seria possível com derrubada do Czar, e Rússia vindo a se tornar uma “*chispa*”³⁷ para a revolução socialista na Europa. A divergência entre marxistas e populistas, quanto à comuna camponesa na Rússia, permaneceu pela última década do século XIX, sendo refutados por Lenin os argumentos dos populistas em “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1899)*”. No entanto, as concepções populistas retornaram nos debates entre os marxistas e socialistas revolucionários nas primeiras duas décadas século XX no preâmbulo da revolução de 1917.

CAPÍTULO 3. A QUESTÃO CAMPONESA EM DEBATE EM MARX E NO MARXISMO

Já são passados mais de 130 anos da morte de Marx, no entanto o seu método de análise permanece atual para os que definitivamente querem ir além de entender o mundo e buscam compreendê-lo para transformá-lo. Por anos as esquerdas dos países periféricos transformaram os “supostos” ensinamentos de Marx em verdadeiros dogmas, abstratos, “*em formulas gerais, uniformemente aplicáveis em todos países, sem exame das particularidades do seu desenvolvimento histórico.*”³⁸. Menosprezando assim a nossa realidade e nossa formação social como base real para as revoluções, perdemos de vista em muitos casos o movimento real, os reais processos que estavam em curso na vida econômica e política de nosso país. Em muitos processos buscamos adaptar mecanicamente as fórmulas teóricas e práticas de experiência exitosas de outras partes do mundo.

Deixamos por vezes de observar os verdadeiros processos políticos e sociais que estavam em marcha, em suma não nos apropriamos devidamente dos princípios universais contidos nas obras de Marx, muito menos do materialismo histórico dialético. No caso de suas obras, notamos um desconhecimento por parte de uma grande camada nossos intelectuais e

³⁷ Chispa = faísca

³⁸ Jornal Voz Operária nº460, 29/03/1958

tradutores acerca dos estudos de Marx nos seus últimos 10 anos de vida, período em que, a nosso ver, Marx deixa claro que não tem com pretensão de criar uma teoria linear do desenvolvimento histórico. Demonstra uma capacidade histórico-dialetica de articulação de várias realidades sociais e econômicas que podem produzir uma revolução de caráter socialista.

No caso brasileiro notamos que houve confusão por grande parte de nossos agraristas acerca da história social do campesinato no Brasil, onde entediam e defendiam o campesinato como remanescentes dos resquícios do feudalismo. Uma vez que houve uma transposição mecânica de formulas do desenvolvimento histórico do ocidente.

Na tentativa de nos aproximarmos das obras “desconhecidas” e do método em Marx encontramos uma riqueza imensa em seus escritos tardios. Escritos esses que nos obrigam a compreender os processos históricos que nos apontam o caminho da revolução brasileira. E para tal façanha conhecer os escritos de Marx, do qual nos aproximamos nesse trabalho, é de fundamental importância, pois revela traços essenciais como parte da história universal, reservando, no entanto, as particularidades e singularidades que cada processo histórico percorre.

3.1. I INTERNACIONAL (1864-1876) E A QUESTÃO CAMPONESA

Com o processo de organização dos partidos em torno da I Internacional, os debates sobre a questão agrária e a questão camponesa, transcenderam as reflexões teóricas para se tornar parte constitutiva dos programas dos partidos socialistas e socialdemocratas. Nesse período grande parte da população da Europa Ocidental era camponesa, então obter o apoio dos camponeses era fundamental para o crescimento eleitoral desses partidos. Os debates nos congressos da I Internacional giravam em torno basicamente de duas questões centrais.

(...) a grande expressão que possui a propriedade camponesa nos países da Europa Ocidental, o que aconteceria com a propriedade da terra após a revolução socialista? (...) o fato de que a grande empresa agrícola ainda não se difundiu geralmente na maioria dos países da Europa Ocidental, como se dará a organização da agricultura numa produção em larga escala? (MICHELE, 2001, p.4).

Essas questões foram motivo de intensos debates no interior da I Internacional, sobre tudo entre os “marxistas” e os proudhonianos. Desde o I congresso da Associação

Internacional dos Trabalhadores (AIT), realizado em Genebra de 3 a 8 de setembro de 1866, aos que se seguiram,³⁹ esse tema esteve entre as pautas polêmicas. Sendo aprovada no III Congresso em Bruxelas, em 1868, a decisão de que os solos aráveis seriam de propriedade coletiva. No entanto, é importante lembramos Marx e Engels não participaram dos debates e elaboração dos programas agrários da AIT. Sendo os formuladores de tal linha Georg Eccarius⁴⁰, Wilhelm Liebknecht⁴¹ e César de Paepe⁴², quem redigiu o texto fazendo a defesa da proposta. Tal posição foi cristalizada no que denominamos de um marxismo dogmático frente à Questão Camponesa, sendo influenciada pelas posições e formulações do marxismo da II e da III internacional, ao adotar uma dura postura em relação a economia camponesa, onde está estaria condenada a ruína. Em muitos casos foram desenvolvidas “previsões” políticas anticamponesas, gerando posições fatalistas quando as possibilidades de sobrevivência da propriedade camponesa, colocando o fazer da agricultura como forma pertencente ao passado, de uma formação social pré-capitalista, não indo de encontro com a totalidade do desenvolvimento científico da sociedade moderna.

Esse debate na AIT foi hegemônico pelas posições de Eccarius, que concebia na pequena propriedade camponesa uma insuficiência produtiva para o abastecimento do proletariado urbano. A agricultura em larga escala, sobre bases do trabalho comunitário, seria a forma moderna de garantir as necessidades do proletariado e tirar o camponês do constante embrutecimento, do trabalho pesado e da miséria, apontando como alternativa a transformação desse em operário agrícola. Ainda nesse campo uma posição próxima a de Eccarius foi desenvolvida por Wilhelm Liebknecht, que apensar de defender que economia camponesa está condenada a ruína, assume posições mais “moderadas” em relação a Eccarius. Liebknecht aponta para um processo baseado em princípios que permitissem levar a economia e agricultura camponesa para agricultura em grande escala. Liebknecht tece críticas ao modelo francês de agricultura camponesa parcelar, bem como ao processo de desenvolvimento da agricultura na Inglaterra sobre base das grandes propriedades, que leva o proletariado rural ao processo intenso de exploração de sua força de trabalho.

O debate sobre a organização da produção agrícola e da forma jurídica da propriedade

³⁹ II Congresso do A.I.T. realizado em Lausanne, 2 a 7 de setembro de 1867.

⁴⁰ Georg Johann Eccarius, (1818-1889) alfaiate alemão, militante do movimento operário internacional, membro da Liga dos Justos; foi membro do Conselho Geral da I Internacional, sendo um dos expoentes e alinhado as posições de Engels e Marx.

⁴¹ Wilhelm Liebknecht (1826-1890), militante socialista Alemão, foi membro do Conselho Geral da I Internacional, sendo um dos principais fundadores do Partido Social Democrata Alemão (1869).

⁴² César De Paepe (1841-1890), médico, sindicalista umas das principais lideranças da AIT, um dos expoentes da posição coletivista sobre o mutualismo defendido pelos proudhoniano. Ficou notadamente conhecido pelo debate em torno da necessidade de ter um estado popular a fim de garantir o serviço sociais como educação e saúde.

da terra voltaria no IV Congresso, realizado de 05 a 12 de setembro em 1869, em Basileia. O primeiro ponto da pauta foi sobre a propriedade fundiária, mesmo que o tema já houvesse tido deliberação no congresso anterior, indo para votação onde 54 delegados votaram a favor “*de que a propriedade devia ser coletiva e que a sociedade tinha igualmente o direito de abolir a propriedade individual do solo*” (SAMIS, 2011, p. 179) sendo apenas quatro votos contrários. As polemicas não se enceraram no IV Congresso, o terceiro ponto a se debater dizia respeito a abolição do direito à herança, sendo esse ponto o centro da polarização entre Marx e Bakunin. Os “marxistas”, representados nesse debate por Chemalé, afirmavam que uma vez sendo aprovado a “*tese da propriedade coletiva, já continha a decisão sobre a herança. (...) uma vez abolida a propriedade individual, o que restaria herdar?*”. (SAMIS, 2011, p. 181). Bakunin questionando a posição do Conselho Geral afirmava que uma vez aprovado a tese da propriedade coletiva, não seria inútil a aprovação da abolição do direito a herança, sendo na verdade o direito de herança parte do processo de chegar a propriedade coletiva, as polêmicas não diziam respeito ao que vinha primeiro e sim as tática e estratégia que levariam ao socialismo. Após debate tenso a votação dessa questão deu aos argumentos de Bujarin a vitória de 32 a favor, 23 contra e 7 abstenções, sendo aprovado a abolição do direito à propriedade.

3.3 II INTERNACIONAL (1889-1916)

II Internacional herdou em sua hegemonia dos marxistas e da Sociademocracia da AIT as “posições duras” a respeito à questão agrário-camponesa. Apenas no IV Congresso, realizado Londres em 1896, houve debate sobre as especificidades da Europa Oriental e as diferenças com Europa Ocidental no que diz respeito à questão agrária. Sendo deliberado que cada país faria suas políticas específicas para atrair o campesinato, desde que estas fossem orientadas pela deliberação sobre a socialização das terras agricultáveis. Somente na última década do século XIX os partidos da II internacional buscaram fazer uma inflexão, uma vez que os camponeses em vários países passaram a participar de forma mais ativa e que eram a maior parte da população a participar do processo de sufrágio universal.

A orientação foi que os partidos deveriam construir programas políticos que se aproximassem das questões agrário-camponesa. Nessa perspectiva o Partido Operário Frances (POF) é um dos primeiros a elaborar tal programa. No congresso de Marselha, em 1892, e em Nantes, em 1894, o POF elabora um Programa Agrário que contempla uma política que leva em conta a necessidade de inserir o campesinato no processo de lutas socialista na França.

Programa em relação a qual Engels tece críticas referentes à pauta programática dos socialistas franceses. Apesar de reconhecer o acerto dos socialistas franceses em buscar no meio camponês o fortalecimento do partido, apresenta questões importantes para serem incorporadas. Engels expressa ainda sua posição que se torna hegemônica na II internacional.

(...) o nosso pequeno camponês, como toda a sobrevivência de um modo de produção passado, está irremediavelmente condenado à decadência. É um futuro proletário. Como tal, ele deveria ser todo ouvido para a propaganda socialista. Porém, de momento, o seu arraigado sentido de propriedade [*Eigentumssinn*] impede-o ainda disso” (ENGELS, 1982, p. 4).

Engels tornou-se o principal teórico do marxismo nos anos posteriores a morte de Marx e junto a Kautsky, que se tornara uma das principais referências no que tece a questão agrária camponesa, defendia o irreduzível fim da propriedade camponesa e desenvolvimento da grande indústria como prelúdio do socialismo. “*O desejo pelo socialismo só pode formar-se onde a grande empresa já está desenvolvida(...) O socialismo partirá das cidades, da indústria, e não dos campos.* (KAUTSKY, 1979, p.12). O Congresso de Frankfurt (1894), do partido Socialdemocrata Alemão, termina com a deliberação da necessária proletarização do camponês. Kautsky, um dos principais teóricos sobre o tema na II internacional, não admitia qualquer possibilidade de que os camponeses pudessem considerar a classe operária como sua aliada guia.

Não queremos aqui aprofundar as análises na III Internacional, no entanto, fazemos a seguinte ressalva acerca de certa visão unilateral da história que se aplica também a essa organização. Bastamos ver o manifesto do congresso de sua fundação em 1919⁴³, onde nos damos conta dos poucos avanços sobre a compreensão do oriente e dos ditos “povos atrasados”. Na totalidade houve uma reprodução mecânica e acrítica de O Capital, e da questão nacional. Diz o manifesto do congresso fundacional da III Internacional.

A libertação das colônias não se dará ao mesmo tempo que a libertação da classe operária das metrópoles. Os operários e os camponeses não somente de Annam, Argélia ou Bengala, mas também da Pérsia e da Armênia, não poderão desfrutar de uma existência independente antes que os operários da Inglaterra e da França (...) tomem em suas mãos o poder governamental. (...) Escravos coloniais da África e da Ásia: a hora da ditadura proletária na Europa soar para vós como a hora da vossa libertação⁴⁴

⁴³ O Primeiro Congresso Mundial da Internacional Comunista foi realizado de 2 a 6 de março de 1919.

⁴⁴ Documentos do I Congresso da Internacional Comunista, 2 a 6 de março de 1919. Disponível em <http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/first_congress_comintern_documents_portuguese.html> Acesso em 01 de junho de 2016.

No II Congresso ⁴⁵ a questão colonial surge como ponto de debate, uma vez que a intervenção do delegado da Índia M.N. Roy⁴⁶ levou a votação favorável a luta pela liberação nacional. As divergências permaneceram latentes até a realização do V Congresso⁴⁷ quando Ho-Chi-Minh denunciou:

No es exagerado decir que ya que los partidos comunistas frances e británico no han adpotado una política realmente progresitas a cerca de las colonias, y no se han puesto em contacto com los pueblos coloniales, su programa completo es y sera ineficaz (...) los dirigentes de la II Internacional no se atraven a alinear la gente blanca de las colonias com sus contrapartes de color. (...) em cuanto mí, nasci em una colonia francesa y soy miembro del Partido Comunista Frances, y lamento decir que nuestro partido comunista no há hecho nada por la colonias. (HO-CHI-MINH, 1973, p. 33-34).

Por último, poderíamos perguntar por que as seções nacionais da Internacional Comunista (IC) na Ásia, África e América aceitaram de maneira ordeira as orientações? A hipótese que podemos chegar é a doutrinação marxista nos países de terceiro mundo, que foi recheada de manuais de perguntas e respostas do que fazer e como fazer, sem contar em seu processo muitos dos partidos comunistas e militância não tinham acesso às obras completas dos clássicos.

3.4. MARX E OS CAMPONESES

Como já sinalizamos no I Capítulo, Marx se aproxima da questão agrário-camponesa no momento em que era redator da Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), onde se deparada com as condições miseráveis em que viviam os viticultores do Mosella, chegando a escrever artigos⁴⁸ sobre os camponeses renanos, apenas dois deles sendo publicados e os demais censurados pelo governo prussiano.

A Alemanha, entre os anos de 1844 e 1846, foi marcada por uma série de crises agrárias e agrícolas, com péssimas colheitas e pragas nos cultivos das batatas. O aprofundamento da crise fez aflorar os antagonismos entre as classes (burguesia, pequena

⁴⁵ II Congresso mundial da III Internacional foi realizado em 7 agosto de 1920 em Moscou (URSS)

⁴⁶ Manabendra Nath Roy (1887 ou 1893 - 1954), revolucionário indiano, um dos fundadores do Partido Comunista Mexicano e Indiano.

⁴⁷ V congresso da III Internacional realizado em junho e julho de 1924.

⁴⁸ Realizamos pesquisas para encontrar tais artigos, no entanto, não conseguimos. Sabemos de sua existência devido a citação de próprio Marx no prefácio da crítica a economia política.

burguesia, camponeses e proletariado), condições propícias para atuação das forças revolucionárias, momento quando pela primeira vez aparece na Marx e Engels em 1948, no documento conhecido como as “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha”, constituindo-se como o primeiro programa do proletariado para a revolução democrático-burguesa, onde fazia uma articulação entre as bandeiras nacionais e de caráter democrático populares. Esse programa é de grande importância para atuação dos partidos socialistas e socialdemocratas, uma vez que orientou os programas agrários de vários partidos da I Internacional, sendo que alguns dos pontos estavam quase inalterados em seus programas.

No 18 Brumário de Luís Bonaparte Marx retorna ao debate sobre campesinato, ao analisar os fatores que levaram o fracasso da revolução de 1848 com eleição de Luís Bonaparte e ao golpe de estado dado por ele em 1851. Ao realizar estudo sobre a estrutura social do campesinato francês, Marx o aponta como um dos responsáveis pelas vitórias de Luís Bonaparte. Para o autor o campesinato carecia de “consciência para si”, decorrência da falta de sociabilidade social e política entre as massas camponesas. No entanto é importante ressaltar que no 18 Brumário Marx afirma que Bonaparte representa as massas camponesas de *Vendée*, região da França onde historicamente os camponeses adotam posições contrarrevolucionárias desde a revolução francesa no fim do século XVI, ou seja, eram uma massa de camponeses conservadores. Marx esclarece que Bonaparte não representa aos camponeses que fizeram levantamentos e insurreições, Bonaparte “*no representa al campesino revolucionário sino al conservador*” (SHANIN apud MARX, 1979, p. 209), não representa os camponeses da moderna Cevennes, região montanhosa da França de grandes levantamentos camponeses, que durante anos realizaram guerra de guerrilhas. Contra esse campesinato Bonaparte reservou o Estado de Sítio, ataques do exército, prisões e deportações em massas.

Os acontecimentos na Europa Ocidental na revolução de 1848 leva Marx a perceber que a classe camponesa não consegue ser uma força revolucionária autônoma. Para ele o campesinato tem no proletariado urbano “*su aliado y líder natural (...) cuya tarea consiste en el derrocamiento del orden burgues*” (SHANIN, in MARX, 1979, p. 211), porém relativiza que para o proletariado vencer o regime burguês necessita do apoio do campesinato.

Podemos dizer que da década de 1850 até meados da década de 1870 Marx concentra seus estudos sobre a teoria econômica, elaborando as leis que regem o funcionamento do modo de produção capitalista. Sendo a partir de então que Marx passa da questão camponesa para a questão agrária, no processo de estudo das leis que determinam o funcionamento do capitalismo na agricultura, chegando a formulação da teoria da renda terra e a lei geral da acumulação capitalista que é válida para a agricultura, uma vez que assume um caráter

capitalista.

A última década de vida de Marx é de grande importância sobre tudo aos revolucionários dos países da periferia do capitalismo, no nosso caso pensando a América Latina hoje. Atualmente para compreender o cenário nestes países é preciso incluir a análise das políticas dos ditos “governos progressistas” que alguns creem ser a via para a revolução. Notamos que em nome do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas, submete camponeses, indígenas, quilombolas e os pobres das cidades a um violento processo de apropriação e expropriação do território. Em muitos desses processos na América Latina há o apoio de setores da esquerda que defendem que essa etapa que vivemos é necessária, e a sustentam em bases histórico-filosóficas que afirmam ser necessário mais capitalismo, mais desenvolvimentismo para nos aproximarmos da verdadeira história.

Esse “último Marx” rompe um certo mecanicismo e evolucionismo histórico que a esquerda em sua hegemonia acredita ser o caminho para a revolução socialista. Os apontamentos de Marx sobre a Rússia nos levam a perceber, com base no materialismo histórico dialético que o processo de desenvolvimento histórico pode ser analisado e desenvolvido por outras bases e caminhos. Fica claro nos apontamentos de Marx sobre a questão Rússia o posicionamento contra visão linear dos modos de produção.

Percebemos que hegemonização de certa visão linear da história ganha força no marxismo com Plekanov, que se apega sobre tudo nos diálogos com Engels, conforme sinalizaremos, como nos escritos de Engels sobre a questão camponesa do mesmo período que Marx estava dialogando com os russos. Questão que surge logo após a morte de Marx, mostrando que havia divergências entre ambos sobre o tema. Ousamos dizer que em certa medida após a sua morte surge um “marxismo negando Marx”, onde foram realizadas afirmações sobre a história que contradiz com os últimos escritos do autor. Outro ponto contraditório é no que se diz respeito ao método de análise, notamos que tanto Plekanov como Vera Zasúlich⁴⁹ violentaram metodologicamente o pensamento dialético de Marx, e a nosso ver, deduziram conclusões que divergiam do que Marx já apontara em linha distinta.

Até a publicação do livro I de O Capital podemos afirmar existem elementos que deram base para as compreensões que levaram marxistas a uma visão unilateral da história, conforme notamos nas afirmações de Marx no Manifesto Comunista.

⁴⁹ Plekanov e Vera Zasúlich foram fundadores do Grupo Emancipação do Trabalho. Inicialmente, o grupo foi fundado e formado por 5 pessoas: Plekhanov, Axelrod, Zasulich, V. I. Ignatov e Lev Deich em Genebra, em 1883. O grupo foi definido como uma associação de propagandistas dedicados na produção de matérias marxistas, planejavam traduzir as principais obras do marxismo e o russo, bem como realizar suas própria análise da situação social e econômica do país a partir de um ponto de vista marxista.

La burguesía arrastra la corriente de la civilización hasta las más bárbaras naciones [...] Del mismo modo que ha subordinado el campo a la ciudad, las naciones bárbaras o semibárbaras a las naciones civilizadas, ha subordinado los países de campesinos a los países burgueses, el Oriente al Occidente.⁵⁰ (MARX, 1967, p. 32)

Quando Marx denomina “*naciones bárbaras*” e “*civilizadas*” direciona o pensamento a uma visão universal da história, este foi o período em que admitia o idiotismo rural. Outro momento em ponto que este modo de pensar aparece é quando ele descreve a ocupação da Índia pela Inglaterra. “[...] *a pesar de todos sus crímenes, Inglaterra fue el instrumento inconsciente de la historia al realizar dicha revolución.*” (MARX, 1967, p. 133)⁵¹.

A nosso ver foi o estudo do desenvolvimento na Rússia e o debate com os revolucionários que contribuíram para o desenvolvimento do entendimento de que os sistemas econômicos e históricos não seguem uma mesma sucessão linear em todas as partes do mundo. A ideia de que todos os países deveriam passar de maneira clássica pela história da Europa Ocidental. Os apontamentos de Marx nos ajuda a superar o que hoje para muitos ainda se faz necessário e obrigatório para todos os países “atrasados”, passar pela fase desenvolvimentista, como se fosse essa fase uma etapa necessária. Como percebemos que ao longo da história vários revolucionários e intelectuais se iludem em crer que o desenvolvimentismo, ou avanço das forças produtivas tal como as concebem, são um mal necessário para civilizar os povos em atraso e caminho mais curto para o socialismo.

Nos últimos 10 anos da vida de Marx, através do estudo de suas correspondências com populistas russos, nos escritos sobre Rússia⁵², no *Cuaderno Kovalevsky (Extractos)* e em *Los apuntes etnológicos*, encontramos os elementos básicos de como o autor passa a perceber o potencial revolucionário das forças camponesas, em especial do ocidente. Esses documentos ainda são poucos estudados, sobre tudo no Brasil e pelo conjunto das forças de esquerdas e progressistas. Em nossa aproximação com esses escritos, observamos o olhar de Marx, sobre tudo, para possibilidades de desenvolvimento histórico de outros países que não o mesmo decorrido na Europa Ocidental. E com isso abriam-se novos desafios aos revolucionários, os de produzir uma práxis revolucionária que leve em conta os processos de desenvolvimento histórico particulares, que aponte a revolução socialista como caminho para emancipação política e humana. Como ele mesmo afirma não pretendeu criar uma “*teoría histórico-*

⁵⁰ Manifiesto comunista, I (Buenos Aires, Ed. Claridad, 1967, p. 32; MEW 4, p. 466).

⁵¹ K. Marx, "La dominación británica en la India", México, Cuadernos de Pasado y Presente, núm. 37, 1979, p. 42; MEW 9, p. 133).

⁵² O estudo sobre as condições sociais na Rússia estavam nos planos de estudo de Marx para compor o processo de elaboração do Livro III de O capital (1894), no entanto não pode levar a cabo esse plano devido sua morte em 1883.

filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos povos, independente das circunstâncias históricas”. (MARX, 2013, p. 68). É nessa perspectiva que se insere o debate sobre a Questão Camponesa em Marx, no entanto os debates e formulações hegemônicas pós a sua morte, ao nosso olhar, destoam das percepções conforme constatamos.

3.5 ENGELS: PRIMEIRO INTÉRPRETE DE MARX NA QUESTÃO CAMPONESA

Durante o processo de estudos notamos algumas diferenças no método de abordar a questão agrário-camponesa por parte de Engels em relação a Marx, observamos a diferença de opinião quanto as vias de desenvolvimento histórico das sociedades do oriente. Tal posicionamento fica mais claro após a morte de Marx, posição que vira a influenciar a tradição marxista na II e III internacional.

Conforme já assinalamos nesse trabalho, percebemos que há um claro reposicionamento na postura político histórico de Marx no início dos anos 70 do século XIX, a partir do processo de diálogo com os intelectuais populistas durante o processo de estudos que ele realizara sobre a Rússia. Essa mudança reflete, a nosso ver, uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento histórico por diferentes caminhos, isso fica claro na tradução francesa do O Capital onde afirma que sua análise e sua teoria corresponde a Europa Ocidental.

As diferenças entre Engels e Marx sobre esse tema ficam claras nas várias cartas trocadas entre Engels e Nicolai F. Danielsón e com Vera Zassulich. Onde percebemos em Engels uma visão unilateral da história, sendo tais posicionamentos duramente criticados por Pedro Nikitich Tkanov⁵³, quando Engels publicara artigos na revista Volksstaat,⁵⁴ sobre a realidade russa. Afirma Tkachov em carta a Engels.

Es necesario que se posea un mínimo de información. Esto le falta y, en consecuencia, sus estimulantes lecciones provocan en nosotros, rusos, la misma sensación que, con certeza, sentiría Ud. si un chino o japonés, que jamás hubiera puesto los pies en Alemania, aunque se hubiera dedicado a la literatura alemana, tuviese de repente la idea original de erigirse desde lo alto del pedestal de su grandeza china o japonesa y comenzase a enseñar a los revolucionarios alemanes lo que deberían hacer. (TKACHOV apud DUSSEL, 2014, p. 252)

⁵³ Pedro Nikitich Tkachov (1844-1885), escritor e revolucionário russo, cujo pensamento mais tarde influenciará Lenin. Tkachov defendia que povo russo em sua essência é socialista, no entanto necessita de ter uma direção revolucionária (vanguarda) para adquirir maturidade.

⁵⁴ Volksstaat, jornal socialista alemão, onde Engels publicou artigo 1875 com título “A cerca da cuestión social en Rusia”.

Vejamos a resposta de Engels.

La revolución a que aspira el socialismo moderno consiste, brevemente hablando, en la victoria del proletariado sobre la burguesía [...] Por ello se precisa además de la existencia del proletariado [...] de la burguesía [...] Entre los salvajes y los semisalvajes tampoco suele haber diferencias de clases y por ese estado han pasado todos los pueblos [...] Pero el señor Tkachov quiere decir que esa revolución será socialista, que implantará en Rusia, antes de que nosotros lo logremos en Occidente [...] y ello ¡en una sociedad en la que el proletariado y la burguesía sólo aparecen por el momento esporádicamente y se encuentran en un bajo nivel de desarrollo!; Y se nos dice que esto es posible porque los rusos constituyen, por decirlo así, el pueblo escogido del socialismo al poseer arteles y la propiedad comunal de la tierra (ENGELS, 1980, p.71-74).

Ao contrário de Marx, que na última década de vida buscava perceber a história como não unilateral e que não pretendia criar uma teoria universal da história, Engels demonstra que o desenvolvimento histórico exigia dos países do Oriente a passagem pelo capitalismo, a menos que a revolução no Ocidente ajudasse outros povos em outra perspectiva de desenvolvimento. Como afirma Dussel “*No fue ésta la posición de Marx!*”. (DUSSEL, 2014, p.253). Sobre os aspectos da revolução, Marx apontava que esta começaria pelo Oriente, ao contrário de Engels. Percebemos na resposta de Engels a Tkachov, uma posição bem distinta dos diálogos de Marx com os populistas russos, notamos que Engels afirma que revolução socialista só pode ser liderada pelo Ocidente, uma vez que este já desenvolveu o proletariado e burguesia, cabendo ao oriente passar pelas fases passadas pelo ocidente.

Percebemos também as diferenças sobre o processo de desenvolvimento histórico no diálogo que Engels estabeleceu por carta com Danielson, onde, ao contrário de Marx, dizia da impossibilidade da comuna rural russa e do camponês continuarem existindo. Sendo esse processo não alternativo para chegar ao socialismo e que a Rússia deveria passar pelo processo de desenvolvimento histórico da Europa Ocidental, baseado na proletarianização do campesinato em detrimento do processo de industrialização. Em carta a Danielsón, em 15 de março de 1892, diz Engels.

Temo que pronto nos veamos obligados a ver en la obshchiria un sueño del pasado irrevocable, y a contar para el futuro con una Rusia capitalista. Con ello se pierde, indudablemente, una gran oportunidad, **pero nada se puede hacer en contra de los hechos económicos.** (ENGELS, 1981, p. 262. Grifos nossos).

Percebemos na postura de Engels certa naturalização do processo histórico, onde indica um mesmo caminho de desenvolvimento para as sociedades quanto diz respeito ao

processo de expropriação e dissolução do campesinato. Lutar contra esse movimento histórico é o mesmo que negar a realidade histórica do desenvolvimento econômico da humanidade, ou como ele mesmo afirmar “*nada se puede hacer en contra de los hechos económicos*”(ARICÓ, 1981, p. 267).

Em resposta de 24 de março de 1892, Danielson responde a Engels. “*Por supuesto. Pero en nuestro país sobreviven, unos junto a otros, los hechos más diversos, entre ellos los de carácter económico[...]Con ello se pierde [...] una gran oportunidad (¿estará realmente perdida?)*” (ARICÓ, 1981, pp. 262-263). Em uma nova comunicação de Engels, em 24 de fevereiro de 1893 este afirma que:

No hay duda de que la comuna, y en cierta medida el artel, contenían gérmenes que en ciertas condiciones podrían haberse desarrollado ahorrando a Rusia la necesidad de pasar por los tormentos del régimen capitalista.(...) para mí, la primera condición que se necesitaba para realizar esto era el impulso desde el exterior, (...) Pero, entre tanto, en Rusia la comuna languidece, y sólo podemos esperar que el paso a un sistema mejor, entre nosotros, llegue a tiempo para salvar, siquiera en alguna remota región de vuestro país, instituciones que, en esas circunstancias, pueden tener un gran porvenir. Pero los hechos son los hechos, (...). (ENGELS, 1981, p. 299-300).

Ainda no que tange as diferenças de análises entre Marx e Engels acerca da questão russa, percebemos no prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto Comunista, embora assinado por ambos, que a posição de Engels é um tanto momentânea, uma vez que tais reflexões do prefácio de 1882 sofre uma inflexão nos diálogos posterior com os russos. Uma vez no diálogo com russos notamos que Engels abandona as perspectivas de análise de Marx quanto à Rússia e o Ocidente. Engels escreve à Vera Zasúlich em 23 de abril de 1885:

Ante todo, le repito a usted, que estoy orgulloso de saber que en la juventud rusa hay un partido que acepta francamente y sin ambigüedades las grandes teorías económicas e históricas de Marx, y que ha roto resueltamente con todas las tradiciones (...) y levemente esclavófilas⁵⁵ de sus predecesores (...) El mismo Marx se hubiera sentido igualmente orgulloso si hubiese vivido un poco más.(...) Para mí, la teoría histórica de Marx es la condición fundamental de toda táctica razonada y coherente; para descubrir esa táctica sólo es preciso aplicar la teoría a las condiciones económicas y políticas del país en cuestión.(ENGELS, 2011, p.1).

Engels fala claramente a Vera Zassulich das grandes teorias históricas de Marx. Sobre esse tema já mencionamos que Marx afirmou no diálogo aos russos que sua teoria não pretendia criar uma filosofia unilateral da história, no qual percebemos defender Engels. Com

⁵⁵ Quando Engels afirma diz *eslavófilas* está se referindo aos populistas russos.

Marx morto, Engels se tornou a referência teórica para II Internacional e aos círculos de marxistas. É possível afirmarmos que uma há diferença de análise entre Marx e Engels⁵⁶ em relação às possibilidades de desenvolvimento histórico na Rússia. Diferenças sobre o processo peculiar do capitalismo na Rússia e sobre a história. A visão de Marx se mostra muito mais dialética, onde afirmar a possibilidade de uma revolução russa, com base na comuna agrária, servindo de exemplo e “Chispa” ao proletariado da Europa Ocidental. Enquanto Engels focava na objetividade das leis do desenvolvimento capitalista e revolução russa só teria sucesso se sua origem fosse externa.

3.6. DOGMATIZAÇÃO⁵⁷ DE MARX NA QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA

Após a morte de Marx, os principais seguidores de sua teoria cometem, a nosso ver, dois grandes equívocos: o primeiro é de negação de grande parte dos escritos, reflexões e estudos dos seus últimos 10 anos de vida, sobre tudo sobre seus estudos sobre o oriente (Rússia, Índia, Argélia etc); o segundo seria a invisibilização de tais reflexões no conjunto dos círculos revolucionários. As interpretações do pensamento de Marx a partir da Segunda Internacional e materializado em Plekhov na Rússia, estabeleceram que o marxismo era uma visão total do mundo. Questão que, como vimos, Marx rejeitou várias vezes.

Muitos marxistas e não marxistas, ao fazer a crítica a dogmatização de Marx, utilizam o conceito de marxismo ortodoxo, porém, não consideramos que tal conceito expresse o movimento que se deu após sua morte. Em nossa perspectiva uma cristalização do pensamento de Marx e postas supra histórica no processo de desenvolvimento. Guzman (2005) caracteriza os seguintes traços teóricos que predominou no marxismo após sua morte: i). Incompreensão do contexto teórico de O Capital; ii). Interpretação errônea do último Marx por parte de Engels; iii). Unilateralidade do processo histórico; e iv). Consideração da agricultura como ramo da industrial. (GUZMÁN e SEVILLA, 2005, p.40).

O processo a qual denominamos de dogmatização de Marx na questão agrário-camponesa se estrutura mediante a constituição de um arcabouço teórico de explicação a respeito da existência de uma sequência unilinear de modos de produção, ou seja, se subentendia que Marx teria criado uma teoria geral dos modos de produção como parte dos

⁵⁶ Sobre as diferenças de opiniões entre Marx e Engels em relação à questão russa, buscar a publicação das Correspondência de ambos com Danielson (México, Siglo xxi, 1980).

⁵⁷ Por dogmatização compreendemos como a construção de certezas absolutas e imutáveis a determinados temas

resultados de seus estudos. Isso é uma agravante uma vez que com o progresso linear do desenvolvimento histórico a conclusão não poderia que não outra que não fosse a necessidade de uma completa fase de desenvolvimento, que possibilitaria criar as condições materiais e que em detrimento criaria o sujeito revolucionário. Restando nessa compreensão ao campesinato um papel secundário, ou mesmo como resquício de modos de produção anterior, sendo necessária a sua superação, assim como ocorre com todos os resquícios. Em resumo, para os marxistas dogmáticos “*o campesinato é resíduo anacrônico, condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas*”. (GUZMAN, 2005, p. 52-43).

Os marxistas dogmáticos quando falam em modos de produção se apegam na obra de Engels A origem da família e da propriedade privada e do Estado (1884). Uma defesa do movimento evolutivo unilinear, uma vez que Engels esboça a ideia de um movimento evolutivo unilinear com etapas sucessivas.

Podemos definir a dogmatização de Marx na questão agrário-camponesa, ou o marxismo dogmático, como uma estrutura teórica que busca interpretar a questão agrária a partir da evolução unilinear da agricultura, e que considera que esta evolução está ligada inteiramente ao avanço das forças produtivas (capitalistas), portanto para pensar a revolução seria necessário que tal evolução tenha se completado. Outra premissa é o avanço das forças produtivas que só se completam quando universaliza as relações na agricultura e na indústria, ou seja, partem da premissa que é necessária modernização das relações sociais no campo. No caso Brasileiro há um encontro entre setores da direita e esquerda que se complementam por vias distintas na defesa do agronegócio como sendo a moderna propriedade da terra, ou na defesa de sua versão em “menor” escala, denominado de agricultura familiar. Outra determinante no processo de dogmatização de Marx na questão agrário-camponesa, ou marxismo dogmático, é a necessidade de dissolução do campesinato para estruturação do capitalismo como fase anterior ao socialismo, sob o argumento de que a unidade de produção camponesa é incapaz de incorporar o progresso técnico.

Na defesa da agricultura como extensão da indústria a apropriação da grande propriedade capitalista é uma etapa necessária, visto que permitiria a produção em escala e provocando um aumento na composição orgânica de capital, sendo esses elementos bases para pensar na socialização da produção e coletivização da propriedade. E por fim a contraposição entre o latifúndio ou a grande exploração com a pequena produção camponesa, levaria a um antagonismo e confrontação que resultaria em um processo de proletarização do campesinato e com isso desaparecendo os chamados resíduos feudais existentes no capitalismo.

Como percebemos a formulação teórica em torno do marxismo dogmático provocou erros de análises, erros políticos de grandes proporções, onde organizações revolucionárias e seus intelectuais em nome de Marx por muitos anos defendiam (defendem) tais posicionamentos.

3.6. MARXISTAS E NÃO MARXISTAS “ESQUECIDOS” NA RESSIGNIFICAÇÃO DO CAMPESINATO NA HISTÓRIA.

Como mencionado, diante do processo pelo qual se baseou a dogmatização de Marx na questão agrário-camponesa, torna-se importante ressaltar que houve em Marx outras interpretações sobre o campesinato e o desenvolvimento histórico. Certa visão unilinear da teoria de Marx não permitiu o desenvolvimento teórico, ainda que não declaradamente marxistas, mas perpassado pelo autor e que buscava compreender e aprofundar os estudos sobre o campesinato, questão que Marx não aprofundou devido suas enfermidades e logo sua morte.

A Rússia, bem como Marx sinalizou, foi a Chispa da revolução na Europa, e sua formação histórica tem fortes raízes no imenso campesinato. O debate sobre o papel dos camponeses antes, durante e depois da revolução de 1917 foi intenso. Um dos principais protagonistas desse debate foi Aleksandr Vasslievitch Chayanov⁵⁸ que durante sua formação universitária teve forte influência de professores simpáticos ao populismo russo.

Podemos dizer que assim como Marx conseguiu entender o funcionamento do sistema capitalista e suas leis, Chayanov é considerado um dos poucos que conseguiu compreender o funcionamento e as leis da economia camponesa. Foi um dos maiores estudiosos da economia camponesa russa e soviética de sua época e pesquisou sobre os métodos de regionalização agrícola, as experiências e organizações das entidades agropecuárias e cooperativas, a

⁵⁸ Aleksandr Vasslievitch Chayanov (1888 -1937), revolucionário russo de formação em agronomia, se inclinando a agronomia social, contribuiu com o Instituto Agrícola de Moscou (1906-1908). Chayanov era simpático ao socialismo pois defendia que “a terra é para quem trabalha, trabalho para o povo”, essas consignas só era possível com revolução, por isso não se excitou em contribuir com revolução bolchevique. Defendia que o camponês necessitava de boas terras para produzir, sendo valida a necessidade do controle do estado sobre as terras através da nacionalização destas. Um dos percussores do movimento cooperativista no campo. Trabalhou com ministro de agricultura entre fevereiro a outubro de 1917, e foi eleito em fevereiro de 1918 membro do comitê diretivo do primeiro congresso cooperativista. Foi indicado por Lenin para assumir várias responsabilidades referentes ao tema agrário e cooperativo. Passou a ser perseguido e limitado no trabalho pela política liderada por Stalin após 1927, a partir do debate que faziam sobre a diferenciação camponesa, sendo preso em janeiro de 1930 por acusações que nunca existiram. Após três anos na prisão é exilado no Cazaquistão (URSS) onde ainda trabalha por um período no comissariado da agricultura. Em 1937, com avanço da política stalinista, é condenado a fuzilamento em três de outubro.

contabilidade e administração das empresas estatais. Chayanov faz um estudo integral da organização da unidade econômica camponesa, seus fins e planos, a circulação dentro da unidade e sua integração com os diversos fatores econômicos, bem como suas implicações com a economia nacional e internacional e integração do camponês com economia. Chayanov pensava que em um futuro imediato a importância da unidade familiar camponesa seguiria sendo parte imprescindível na vida de muitos países além da Rússia. No caso da URSS imaginou o novo modelo agrícola soviético com quantidade de cooperativas integradas ao planejamento vertical e centralizado. Desenvolve então sua teoria de incorporação do campesinato no processo de transição socialista tendo em contas as particularidades e especificidades da economia camponesa, a formação de cooperativas, cabendo ao Estado proletário fomentar a criação de associações e cooperativas. Posteriormente, de maneira paulatina, em determinados produtos poderia haver coletivização da produção camponesa, opondo-se as propostas e processos de coletivização agricultura que eram hegemônicos em seu tempo. Ao que mostra esteve vinculado a Lenin, com quem socializava seus estudos e reflexões. Houve por parte de Lênin várias indicações e interpelações em defesa de Chayanov, que foi condenado como vários outros intelectuais socialistas independentes e não pode contribuir de forma mais significativa com o aperfeiçoamento do sistema agrícola soviético.

No campo do marxismo o debate de idéias, sobretudo no interior da III Internacional e na URSS em meados dos anos de 1920, foi a respeito das possibilidades de desenvolvimento do campesinato no capitalismo e na transição ao socialismo, e teve três precursores. Identificamos inicialmente Rosa Luxemburgo que em suas formulações fala da formação de “espaços vazios do capitalismo”. Para Rosa existem dentro do capitalismo hegemônico a predominância de relações não capitalistas de produção, que se articulam com os espaços capitalistas. Ao ponto que esse processo desigual permite intercambio com o modo dominante. Rosa ao referir sobre a revolução Russa e pequenos camponeses afirma:

No es necesario sacarle su parcela al pequeño campesino. Podemos esperar con confianza que será ganado voluntariamente por las ventajas de la producción social y que se persuada, primero, de la conveniencia de unirse a una cooperativa, y luego de la de entrar a formar parte del conjunto de la economía socializada. Sin embargo, toda reforma económica socialista de la tierra debe empezar obviamente por la gran propiedad y la mediana. (LUXEMBURGO, s/d p.381)

Em meados dos anos de 1920, outro marxista que se destacou foi Alexeyevic *Preobrazhensky*, que defendia que na transição ao socialismo há um período de acumulação

primitiva socialista, onde através da planificação centralizada o Estado concentra as riquezas produzidas socialmente. Nesse processo é necessário também a existência da pequena propriedade e da economia camponesa acoplada a economia planificada, incorporando as massas camponesas no processo de planejamento socialista ao avançar no processo de coletivização do campo. Contemporâneo nos debates, porém com profundas discordâncias com Alexeyevic Preobrazhensk, destacava-se Nikolai I. Bukharin, que defende e desenvolve nos primeiros anos da revolução uma estratégia de incorporação do campesinato parcelar e da econômica camponesa no processo de planificação centralizada. Planteava que o Estado operário teria condições de construir formas verticais para integrar o processo de comercialização, ou seja, no processo de “*socialização da circulação*” (BUJARIN apud GOZMAN, 2005, p. 49) e em estruturas de caráter comunitário e coletivo, como elementos fundantes para incorporar o campesinato no processo de transição ao socialismo.

3.6.1. DEBATE SOBRE CAMPESINATO DURANTE A NEP⁵⁹: PREOBRAZHENSKY E BUJARIN

Daremos destaque as divergências sobre a economia camponesa entre Preobrazhensky⁶⁰ e Bujarin,⁶¹ uma vez que elas dialogam com a centralidade do debate que

⁵⁹ Segundo o dicionário político (www.marxists.org) A Nova Política Econômica, a política levada a cabo pelo Partido Comunista e o Estado Soviético no período de transição do capitalismo ao socialismo. Suas bases foram traçadas por Lênin na obra "Tarefas Imediatas do Poder Soviético" e teve início na primavera de 1918.

⁶⁰ Preobrazhensk (1886-1937), revolucionário e economista soviético. Destacado economista liderou a equipe de economistas soviéticos de 1920 a 1930, um dos elaboradores do plano econômico do chamado comunismo de guerra. Foi um dos primeiros marxistas após a revolução de 1917 a escrever sobre a economia camponesa e agrária. Autor de obras importantes para os primeiros anos da URSS. Posicionou contrariamente a NEP, uma vez que defendia que o processo de industrialização deveria ser acelerado, porém devia vir junto com processo de investimentos que permitiria geração de renda, antes mesmo de aumentar a produção. Afirmava isso, mesmo aumentando a produção, a massa camponesa não teria condições de consumir a produção da indústria, gerando assim uma alta inflacionária colocando em cheque a aliança operário-camponesa. Defendia que era necessário prover de condições econômicas das massas camponesas para que essas pudessem consumir os produtos derivados da indústria. Segundo ele era necessário uma etapa primária do socialismo ou a chamada acumulação socialista primitiva, categoria por ele desenvolvida. Apesar de se aproximar nos primeiros anos da industrialização implementada por Stalin, ainda nos anos de 1930 e 1931, tecia críticas através de artigos aos planos de industrialização acelerada e coletivização forçada imposta por Stalin. Por conta de suas posições políticas é condenado e executado em julho de 1937.

⁶¹ Nicolai Bukharin Ivanovitch (Moscou, 27 de setembro de 1888 – executado em 13 ou 14 de março de 1938, em Moscou.). Filho de professores, Bukharin uniu-se aos bolcheviques em 1906 (...) Depois de ter vivido nos países escandinavos e nos Estados Unidos da América, Bukharin retomou a Moscou em maio de 1917, ou seja, após a Revolução de Fevereiro. Eleito para o Comitê Central do Partido três meses antes da Revolução de Outubro, permaneceu na qualidade de membro efetivo até 1934 e foi membro-candidato de 1934 a 1937. Dirigiu o jornal do partido, o Pravda, de dezembro de 1917 a abril de 1929. (...) Bukharin foi diretor do Izvestia. Em 1935, desempenhou importante papel na comissão que redigiu a nova Constituição soviética (em vigor a partir de 1936). Em 1937, foi expulso do partido. Um ano depois era julgado e condenado à morte. (Bottomore Tom, 2013, pp.68-69)

estamos fazendo em torno do nosso autor principal. Bujarin defendia que os países agrários deveriam ter um tipo de desenvolvimento especial para o socialismo, onde o campesinato poderia gradualmente ir se incorporando a economia socialista. Porém, Preobrajensky não compreende o caráter específico do desenvolvimento dos países agrícolas, para os quais defende que deve se avançar de imediato para produção socialista, mesmo não necessitando eliminar as explorações camponesas pelas explorações coletivas, e sim atraindo diretamente o campesinato para cooperação sobre controle do estado.

No debate sobre economia nacional mercado e interno também houve divergência sobre qual a posição do setor agrícola e do campesinato no processo. Bujarin defendia que o desenvolvimento da indústria devia estar baseado no crescimento da economia agrária, a indústria só poderia representar um papel econômico preponderante se apoiada no mercado e na economia camponesa. Defendia que somente com o crescimento da produção agrícola e do seu excedente o poder de compra e de consumo dos camponeses aumentaria, provocando a necessidade de produção e venda de produtos industriais, impulsionando assim um crescimento industrial sustentado em base material. Preobrajensky sustentava que no processo de acumulação primitiva socialista, para conseguir um desenvolvimento e acumulação na indústria, o Estado deveria acumular capital e apropriar os excedentes do setor agrícola como forma de avançar no processo industrialização.

Discordando de Preobrajensk, Bujarin se opõe as perspectivas apresentadas por ele ao campesinato, ou seja, sua eliminação na economia soviética e sua rápida substituição para agricultura coletiva. Para Bujarin a chave para a transformação do campesinato está nas cooperativas, que com apoio do Estado operário e suas instituições avançará de forma segura para economia socialista. O processo de transformação do campesinato sobre a influência e direção do proletariado deve se associar sobre as bases de um novo gênero de cooperação que constituem um tipo diferente de transição da pequena produção ao socialismo, sem a intermediação do capitalismo. Assim Bujarin defende que o campesinato pode progredir, estando cada vez mais ligados a vida comum na cooperativa e abandonando sua vida individualista.

Preobrajensk alertando sobre os perigos que estavam surgindo no interior da economia soviética devido as propostas implementadas por Bujarin, propõe a sua teoria da lei da acumulação socialista originária. Que segundo esta visão significava buscar reproduzir de forma progressiva as relações socialistas dentro da Rússia, utilizando do crescimento da pequena propriedade e o avanço das forças produtivas no campo para ter recursos necessários para avançar industrialização.

As discussões entre Bujarin e Preobrajensk remontam em certa medida a problemática abordada por Marx sobre o papel que poderia cumprir a comuna agrícola russa e o desenvolvimento da revolução, mesmo sabendo que ambos em nada recuperam os velhos temas abordados por Marx.

Por muitos anos o debate sobre o campesinato foi um tabu entre as esquerdas do século XX, pois para algumas forças o capitalismo resolveria esse ponto, e o desaparecimento do campesinato era questão de tempo. No entanto as lutas camponesas e sua importância nos processos de libertação nacional e revolução na África, Ásia e América Latina por todo o século XX recolocou a questão camponesa como não resolvida, tanto no âmbito das interpretações teóricas como nas ações políticas das diversas organizações revolucionárias.

Destacamos um contemporâneo grupo de intelectuais orgânicos da classe camponesa que, desde meados do século XX, utilizam as bases epistemológicas de Marx, aproximando seus estudos aos escritos tardios e “desconhecidos”, através de um profundo trabalho de pesquisa sobre o campesinato em sua relevância histórica e contemporânea. Sem aprofundar em suas obras, destacamos os trabalhos de Angel Palerm, Hamza Alavi, Franz Fanon, Samin Amin e Theodor Shanin, para mostrar que existe campo aberto sobre a questão agrário-camponesa.

Ángel Palerm (1917-1980), espanhol que participou da guerra civil espanhola em 1939, embarcou para o México e em 1947 ingressa na Escola Nacional de Antropologia e História, graduando-se em 1953, desenvolveu profundos estudos sobre as bases agrícolas das civilizações mesoamericana, com o trabalho *Agricultura e Civilização em Mesoamérica* (1972). Palerm em seus últimos trabalhos dedica-se a compreender e analisar o campesinato no capitalismo em *Antropologia e Marxismo* (1980), essa obra é de primordial importância para entender as mudanças nos finais do século XX e início do XXI e o campesinato no capitalismo. Palerm desenvolve uma antropologia que rompeu com as próprias formas desenvolvidas na Inglaterra, França e EUA, que para ele cumpriam papel de legitimar o processo de colonização. Do ponto de vista de compreensão da posição marxista, Palerm desenvolve posições políticas que o levam a se confrontar com stalinismo⁶², uma vez que

⁶² Segundo Dicionário básico de categorias marxistas Stalinismo é uma corrente política originada na União Soviética depois de 1924 (falecimento de Lênin), quando se congela o processo revolucionário. O stalinismo estendeu sua influência por todo o mundo e sobreviveu inclusive à morte de seu líder, Josef Stálin (1879–1953). O stalinismo constitui a legitimação ideológica e política de um grupamento social burocrático que se consolidou na direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em termos políticos, defendeu a doutrina do socialismo em um só país. Diversa da revolução mundial preconizada por Lênin e pelos bolcheviques de 1917, a proposta subordinava toda ação dos comunistas no mundo à defesa do Estado soviético. Em filosofia, defendeu o sistema do materialismo dialético [DIAMAT]: uma visão cosmológica, naturalista e metafísica, centrada na

afirmava que o marxismo teria sido dominado por uma nova classe associada ao aparato político e técnico administrativo do Estado Soviético. Onde os esquemas de produção teórica deveriam obedecer um esquema que negava a essência metodológica desenvolvida por Marx. Chegou a afirmar que marxismo caiu em uma crise nos tempos da URSS. Apontava que se deveria retornar a Marx para rele-lo e reconstruir o caminho. Compreendia que não poderíamos nos confundir em palavras de ordem que visavam apenas sustentar a todos os custos o primeiro Estado dos trabalhadores, e que processos de análises críticas e comprometidas intelectualmente poderiam permitir o avanço e qualificação das ações do socialismo.

Hamza Alavi (1921-2003), sociólogo marxista, nascido na Índia ainda durante a dominação Britânica, no território do que hoje é denominado Paquistão. Alavi foi um dos teóricos que desenvolveu estudos que permitisse compreender a economia política no Paquistão, produziu vários artigos sobre nacionalidade, e analisou o fundamentalismo religioso. Sobre o campesinato desenvolveu vários estudos sobre as dimensões do papel do EUA na década de 1960 após a Revolução Verde no impacto sobre o campesinato. Juntamente com Teodor Shanin, Alavi se transformou em um dos articuladores dos estudos sobre os camponeses e sociologia do subdesenvolvimento. Um de suas principais obras é o livro *“Teoria de la Revolucion Campesina”* (1947), onde analisa a participação do campesinato na revolução russa, na China e na Índia.

Franz Fanon (1925-1961), revolucionário que atuou na Frente de Libertação da Argélia, formado em psiquiatra, filósofo e escritor marxista. Fanon foi um dos intelectuais militantes mais influentes nos movimentos revolucionários de libertação nacional. Aprofundou seus estudos sobre as formações sociais dos países colonizados e o papel dos camponeses na luta revolucionária.

Es evidente que en los países coloniales sólo el campesinado es revolucionario. No tiene nada que perder y tiene todo por ganar. El campesinado, el desclasado, el hambriento, es el explotado que descubre más pronto que sólo vale la violencia. Para él no hay transacciones, no hay posibilidad de arreglos. La colonización o la descolonización, son simplemente una relación de fuerzas. El explotado percibe que su liberación exige todos los medios y en primer lugar la fuerza (FANON, 1963, p.18).

categoria matéria, em oposição à práxis (...) O stalinismo se converteu no paradigma do pensamento socialista burocratizado e dogmático. Existiram, porém, versões ideológicas stalinistas mais sutis que a soviética, por exemplo, na Itália e na França.

Fazendo a diferenciação entre o campesinato dos países colonizadores e países colonizados, Fanon afirma que nos países colonizadores de alguma forma alguns setores dos camponeses foram beneficiados com conquistas das revoluções burguesas, tendo esse fato posto setores do campesinato em alianças conservadoras com nova classe vitoriosa nessas revoluções, a burguesia.

Las masas campesinas en los países industrializados son, generalmente, los elementos menos conscientes, los menos organizados y también los más anarquistas. Presentan todo un conjunto de rasgos, individualismo, indisciplina, amor al lucro, aptitud para las grandes cóleras y los profundos desalientos, que definen una conducta objetivamente reaccionaria. (FANON, 1963, p. 55 -56).

Samir Amin (1931), economista marxista egípcio que vem desenvolvendo seus estudos baseados na relação centro periferia, defendendo a necessidade dos países do Sul na luta contra hegemônica contra os países centrais, desconectados do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho. Ao longo de seus estudos destacou o papel do campesinato na luta nos países chamados de periferia. Samir Amin desenvolve crítica as medidas adotadas por Stalin e processo de degeneração interna da URSS. Em *“La crisis del sistema treinta años de crítica del soviétismo”* (1960-1990) defende que o que levou o triunfo da revolução bolchevique de 1917 foi o sucesso da aliança operária-camponesa, e o que processo de coletivização forçada na URSS, entre 1930 y 1935, foi a base para rompimento dessa aliança, sendo essa a base que constituiu o poder do estado socialista, iniciado com revolução de 1917. Amin argumenta que a ruptura de aliança operária-camponesa com a coletivização forçada teve como efeito político o abandono de “democracia revolucionaria”, surgindo assim uma estrutura burocrática nas relações entre o campo e a cidade. Nos últimos anos Amin vem pesquisando sobre a questão camponesa na China, Índia, África, Polônia, Filipinas, Egito e Etiópia bem como os últimos acontecimentos da Revolução Democrática Popular no Nepal (2008) e a participação camponesa. Em uma de suas duas últimas obras⁶³ Amin busca abordar e refletir sobre as lutas concretas e as estratégias levadas a cabo pelos movimentos camponeses no processo de luta contra o sistema do capital. Aponta como a questão camponesa estará em grande medida como um dos grandes dilemas da humanidade, uma vez

⁶³ Samir Amin, *Las luchas campesinas e obreras frente a los desafíos del siglo XXI*, 2005.

que ainda residem 3,4 milhões de pessoas em áreas rurais e estas exercem papel central na produção de alimentos.

Theodor Shanin (1930), sociólogo russo é o atual presidente da escola de Moscou de Ciências Sociais e Econômicas, proveniente de uma família que foi perseguida na URSS durante o período de Stalin, aos 10 anos de idade foi exilado na Sibéria junto com sua mãe e após seu pai ser preso. Shanin dedica seus estudos as sociedades camponesas e a sociologia da história, é um estudioso da Rússia rural desde fins do século XIX e início do século XX. Resgata Chayanov para as análises contemporâneas do campesinato, inaugurando assim o que para muitos se denomina marxismo neochayanoviano.

Ao fazer estudos do campesinato russo e seu futuro Shanin detecta que a dinâmica agrária da Rússia pré-revolucionária é distinta das dinâmicas constatadas nas análises do campesinato em sociedades capitalistas. As análises clássicas levam a produção de posições polares em determinantes distintas, porém como mesmo desfecho. Apresentam ao futuro das sociedades camponesas dois determinismos i) sua dissolução por diferenciação social e econômica, produzido pelo processo de penetração capitalista nas comunidades camponesas, resultando assim em determinismo econômico do desenvolvimento histórico, ii) ou, como afirma o autor, em um determinismo biológico.

Além aprofundar seus estudos em Chayanov, Shanin ao estudar Lenin e Kautsky buscar superar uma certa perspectiva unilinear do marxismo, analisando a questão agrária camponesa que por muitos anos caíram em posições teóricas que poderíamos configurar de um determinismo econômico e histórico. Shanin recupera as abordagens de Marx em sua última década de vida, abrindo assim o debate e as possibilidades de compreensão da história de maneira multilinear, sobretudo para países da periferia.

Na medida em que pesquisamos sobre as teorias do campesinato notamos que existe um vasto e amplo campo de pesquisa a ser realizado, quando olhamos para as lutas contemporâneas percebemos a necessidade e importância que campesinato tem no processo de resistência e construção de outra sociabilidade. Acreditamos ser necessário maior aprofundamento nos escritos do “último” Marx para a compreensão uma práxis que articule as lutas emancipatórias camponesas e operárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos onde a análise e o estudo da teoria revolucionária dão lugar ao “praticismo revolucionário”, por que voltar a Marx? Talvez essa tenha sido a nossa grande motivação em buscar uma maior aproximação com esse autor que, em seu tempo, soube combinar um profundo e minucioso estudo teórico com prática militante, em um exercício onde a teoria e prática eram partes do método de análise e ação revolucionárias. Voltar a Marx é a única possibilidade de romper com um esquema de formação teórica no qual grande parte da esquerda está mergulhada, com o predomínio do estudo teórico a partir dos manuais, onde a realidade histórica obedece a determinantes imutáveis e criadas pela “ciência”, cabendo aos revolucionários aceitá-los para fazer a revolução.

Buscar em Marx as determinantes para dizer que ainda é relevante e necessário falar de campesinato no século XXI é no mínimo desconfortante para a maioria dos marxistas e parte dos estudiosos da questão agrária, seja de esquerda ou de direita. No entanto, negar o campesinato seria no mínimo desconhecer as 3,4 milhões de pessoas que habitam as áreas rurais, vivendo, segundo Amin, sob a reprodução da agricultura camponesa.

Nessa aproximação de Marx através de vários de seus escritos, desde os debates publicados na Gazeta Renana até o debate sobre a questão russa, podemos notar como com o passar dos anos houve um amadurecimento político e metodológico sobre o tema aqui abordado. Em alguns dos escritos do jovem Marx, o que foi produzido até o livro I de O Capital, notamos uma visão unilateral da história universal quanto ao futuro e ao processo histórico do Oriente e de seus povos. Muitos de seus escritos transformaram-se em correias mecânicas de transmissão para interpretar a realidade. No entanto, o processo histórico russo foi se transformando pouco a pouco em objeto de seus estudos nos seus últimos 10 anos de vida, nos denominados escritos do Marx maduro. Percebemos aí uma viragem tanto política quanto histórica, quando em 1877 o autor se manifestou contrariamente à ideia de que sua teoria pretendia criar uma visão unilateral da história, formada por uma sequência quase que mecânica dos modos de produção, tal como foi descrita nos manuais soviéticos e nos processos de formação desde o final do século XIX.

O determinismo unilateral se impôs como filosofia da história como uma pretensa teoria do desenvolvimento da humanidade. O marxismo, nascido pouco depois da morte de Marx, se apropria desse determinismo e nega a centralidade de sua teoria que é o método, fazendo surgir o marxismo de doutrinas. Seus efeitos para os países periféricos foram posições dogmáticas, abstraídas da realidade de distintos países, que buscavam interpretar o

desenvolvimento local a partir dos mesmos caminhos e possibilidades dos países centrais.

Nos estudos marxianos sobre o campesinato russo, denominados tardios ou maduros, podemos identificar três aspectos para pensar o processo histórico e as lutas contemporâneas: i) a ênfase no potencial revolucionário das formas comunais do campesinato russo que poderiam ter êxito nas seguintes condições: se os russos fossem capazes de fazer a revolução em sua sociedade e ao mesmo tempo se conectarem com o processo revolucionário no Ocidente; ii) a identificação, por parte de Marx, de uma revolução comunista na Rússia, não apenas de caráter democrático e conectada com o Ocidente, mas capaz de esquivar-se da chamada plena etapa capitalista, transitando assim para uma nova sociedade; e iii) a possibilidade da faísca revolucionária na Rússia servir como estopim para o início de uma revolução mundial contra o capital.

De forma irônica, o processo histórico mostrou que os estudos marxianos sobre a Rússia, a questão camponesa russa e suas possibilidades revolucionárias estavam corretos. Além do fato de ter sido a “chispa” da revolução na Europa, passados menos de 40 anos dos últimos escritos marxianos (1882)⁶⁴ até a vitória da Revolução Russa de 1917, ficou evidente que a Rússia seguiu o caminho apontado por Marx quando, sem passar pelas pretensas “etapas” do capitalismo, se deflagrou o processo revolucionário. Em um primeiro momento, foi permitida e estimulada a comuna rural russa, a passagem direta da propriedade comunal à propriedade social, questão levantada por Marx como possível. E por fim percebemos que no fim de sua vida, Marx considerou que o campesinato “*essa comuna é a alavanca [point d’ appui] da regeneração russa social na Rússia*”. (MARX, 2013, p. 115)

Temos a clareza de que os camponeses não ocuparam a centralidade nos estudos de Marx. Isso não é o mais importante; alguns afirmariam a impossibilidade da existência de uma teoria marxiana geral do campesinato. Diante disso, afirmamos que apesar de não existir em Marx uma teoria específica sobre o colonialismo, não significa que não possamos construir as bases teóricas e metodológicas para entender tal realidade a partir do pensamento marxiano. Nesse sentido, afirmamos a possibilidade da construção, desde Marx, de um arcabouço teórico que permita entender o campesinato em suas complexidades. Em seu pensamento, podemos identificar as bases para compreender o campesinato e seu papel histórico, sobretudo se nos aprofundarmos nos estudos e pesquisas de Marx em seu último decênio de vida.

Percebemos que as obras completas de Marx chegaram muito tardiamente à periferia

⁶⁴ Prefácio do Manifesto do Partido Comunista (1882).

do capitalismo. No caso da América Latina obras como O Capital chegaram a todos os partidos comunistas, no entanto, interpretadas e orientadas pelos manuais da URSS. No período da III Internacional, sob predomínio de Stalin, foram comuns as interpretações da história e do processo revolucionário que concebiam que os países da América Latina deviam passar pelas mesmas etapas históricas que a Inglaterra analisada em O Capital de Marx. Quanto ao caráter da revolução, os manuais estabeleciam que deveria ser democrática, anti-imperialista e anti-feudal (ou acabar com os resquícios do feudalismo), tendo em uma suposta burguesia nacional uma aliada contra o imperialismo e os latifundiários. Tais definições foram postas em questão na América Latina como vimos.

Do ponto de vista histórico, percebemos que o contato dos populistas russos com Marx contribuiu muito mais para a interpretação da realidade social russa dos finais do século XIX e início do XXI do que as pretensas interpretações de marxistas conhecidos, tal como Plekanov. Foram os revolucionários russos que deram o pontapé no processo de pensar várias formas camponesas na revolução socialista, desde as formas de produção e estrutura social às possibilidades de transição sem passar pelas mesmas etapas capitalistas. Posteriormente outros marxistas, desde os estudos dos países periféricos, tais como Frantz Fanon, Samir Amin, Teodor Shanin e José Carlos Mariátegui, buscaram interpretar suas realidades, tendo sido em certa medida esquecidos pelo “marxismo oficial”.

Mesmo com todo o predomínio do marxismo oficial na América Latina, conseguimos romper o cerco teórico soviético, construindo uma interpretação própria de nossa realidade. Alguns revolucionários e marxistas latino-americanos, não tendo acesso aos escritos tardios de Marx, chegaram às mesmas conclusões acerca das possibilidades e condições da revolução na América Latina ter caráter socialista, rompendo assim o programa etapista da revolução e a compreensão da história do desenvolvimento da humanidade como uma via de única mão. Ademais, buscaram refletir como, desde a realidade latino-americana, produzir formas superiores de organização para a transição socialista. Alguns buscaram, como diria o revolucionário nicaraguense Ricardo Morales, “*estudiar nuestra história y nuestra realidad como marxistas y estudiar el marxismo como nicaraguenses*”. (MORALES, Avilés, Ricardo, 1981, p.6) Em outras palavras, procuraram analisar o caminho rumo ao Socialismo a partir de nossas realidades.

Gostaríamos de destacar o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) que se identifica dentro do movimento comunista internacional com posições anti-economicistas e

antidogmáticas, superando o etapismo⁶⁵ presente no marxismo de seu tempo. Mesmo tendo tido acesso a apenas quatro edições de O Capital, se situou claramente desde uma práxis política que permitiu compreender a questão nacional, indígena e camponesa, e pensar o socialismo a partir da realidade peruana e latino-americana. Em relação ao marxismo, o peruano enfatizava que *“no es un cuerpo de principios de consecuencias rígidas, iguales para todos los climas históricos y todas las latitudes sociales”*.⁶⁶ (MARIÁTEGUI, 1975, p.112). Já na primeira metade do século XX, ele apontava o caráter da revolução socialista na América latina, bem como a necessidade de construir um socialismo a partir das condições latino-americanas: *“no queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano. He aquí una misión digna de una generación nueva”*.⁶⁷ (MARIÁTEGUI, 1928, p.10-11)

Percebemos que, nos países periféricos, os revolucionários que compreenderam a centralidade do método em Marx, assim como a existência de vários percursos históricos, produziram interpretações das possibilidades de luta pelo socialismo. Tal como Mariátegui, foram consequentes aos propósitos de Marx, sem seguir as orientações e esquemas apontados nos manuais, conseguiram maior aproximação da realidade e, conseqüentemente, uma melhor intervenção revolucionária. Aproveitamos para recordar que o advento do assalto ao quartel moncada, a guerrilha de Siera Maestra e a Revolução Cubana (1959) foram duramente criticados pelo Partido Socialista Popular Cubano⁶⁸. Críticas estas compartilhadas pela grande maioria dos Partidos Comunistas da América Latina, que caracterizavam o processo revolucionário de 1959, como prematuro historicamente. Sobre o caráter da Revolução Cubana, Fidel Castro e Che Guevara enfatizaram:

Había que hacer la revolución antiimperialista y socialista. Bien. La revolución antiimperialista y socialista sólo tenía que ser una, una sola revolución, porque no hay mas que una revolución. Esa es la gran verdad dialéctica de la humanidad: el imperialismo, y frente al imperialismo, el socialismo (HARNECKER, Marta, 1999, p.14)

⁶⁵ De acordo com Dicionário básico de categorias marxistas: *Etapismo* (...) em seu significado marxista (distinto ao de Charles Darwin), faz referência a uma concepção de sociedade que postula a férrea sucessão evolutiva de rígidas etapas, sem saltar nenhuma delas. Também se conhece como etapismo (...) O desenvolvimento social é concebido como linear, movendo-se sempre do pior ao melhor e numa só direção. A concepção histórica de Marx não é evolucionista nem etapista.

⁶⁶ Ideología y política (Lima: Amauta, 1975, p.112).

⁶⁷ I Conferencia Comunista Latino-americana de Buenos Aires em 1929, em contraposição a tese elaborada por Bujarin e Humbert-Droz para Latino américa desde a III Internacional.

⁶⁸ Nome do Partido Comunista de Cuba da época

Rompendo com o esquema e orientação da III Internacional quanto à aliança com a burguesia nacional, Ernesto “Che” Guevara afirmara que *"Las burguesías autóctonas han perdido toda su capacidad de oposición al imperialismo –si alguna vez la tuvieron- y solo forman su furgón de cola. No hay mas cambios que hacer: o revolución socialista o caricatura de revolución"*⁶⁹ (GUEVARA, Che, 2013).

Dada a relevância do debate histórico acerca do campesinato e dos processos revolucionários desenvolvidos na periferia, juntamente com a práxis crítica ao mecanicismo soviético, pensar a emancipação humana no século XXI, pressupõe considerar a questão agrário camponesa que, no caso dos países periféricos, localiza-se na base dos problemas nacionais. Neste sentido, desde que constatamos que o campesinato ainda é parte significativa da sociedade, nossa tarefa atual é recuperar Marx para aprimorar a crítica profunda e estrutural ao mundo burguês e sua expressão na agricultura, o agronegócio. É necessário e possível recuperar o contato com Marx, desde a tradição marxiana, e nos aproximar a um marxismo que nos sirva como ferramenta criadora, não como uma bandeira doutrinária.

Em momentos de crise estrutural do capital, refletir como chegamos até ela nos permite uma aproximação ao campesinato com olhar menos preconcebido acerca do futuro. Possibilita entender as particularidades e especificidades que permitiram a sobrevivência do campesinato em meio às adversidades históricas e aos prognósticos de seu desaparecimento, compreendendo que o campesinato dos países periféricos é constituído por bases distintas dos países centrais. Nossos campesinatos são constituídos como frutos da expansão do nascente capitalismo e, como tal, suas contradições só podem ser suprimidas com a superação do capitalismo.

O reencontro com Marx é um pilar necessário para compreender a atualidade da questão agrário-camponesa, no intuito de superar uma visão determinista compartilhada por muitas organizações e militantes de esquerda acerca do campesinato. Muitos ainda veem o campesinato como um reflexo do passado sendo necessário ser superado, ou concebem os camponeses como sujeitos anacrônicos a essa sociedade e desnecessários nos processos de lutas e de transição.

É preciso termos a clareza de que o modelo agroindustrial hegemônico pelo capital financeiro, além de uma intensa e progressiva destruição da natureza, não apresenta à humanidade reais soluções para pensar os grandes dilemas que vivemos. A necessidade da existência do campesinato não se deve por razões românticas de culto ao passado, mas porque

⁶⁹ Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental (Abril de 1967)

a solução dos problemas passa pela superação das lógicas capitalistas; e o campesinato carrega em si práticas e conhecimentos que, colocados de forma radical a serviço da humanidade, são estratégicos para o processo de emancipação humana.

Voltar a Marx é o melhor caminho para construir as trilhas de superação da ordem do capital. Esse retorno deve se dar em diálogo com o melhor que nosso tempo produziu de reflexões e ações. Voltar a Marx para colocar em nosso projeto histórico a necessidade da revolução e do socialismo. É necessário avançar na (re)construção de uma teoria que considere as contribuições dos milhares de camponeses, indígenas e quilombolas no processo de superação da ordem do capital. Ou fazemos isso ou estaremos repetindo os graves equívocos teóricos e práticos que sinalizamos nesse trabalho.

Para concluir o início de nossas reflexões, finalizamos com Mézáros:

Necessitamos urgentemente de uma teoria socialista da transição, não simplesmente como antídoto para as absurdas teorizações do “fim da história” e o (...) enterro prematuro do socialismo. (...) uma teoria da transição é necessária para que reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao “cantinho do mundo” europeu. (MÉSZÁROS, 2014, p. 41).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS - Instituto de Economia. **Manual de Economia Política: Capítulo XX — Traços Fundamentais do Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo, A Revolução Socialista e a Necessidade de um Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo.** Tradução do russo por Jacobo Gorender e Josué de Almeida Editorial Vitória Ltda, Rio de Janeiro, maio/novembro de 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/20.htm>> Acesso em 25 março de 2016.

ALAVI, Hamza. **Teoria de la revolucion campesina.** Mexico, D.F: Talleres graficos de Mexico. 1974.

AMIN, Samin (Org.). **Las luchas campesinas e obreras frente a los desafios del siglo XXI.** España: El Viejo Topo, 2005.

AMIN, Samin. **Escritos para la transición. La Paz – Bolivia:** Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia,2010.

ARICÓ, José. **Marx y América Latina.** Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A., 2009.

ARICÓ, José. **Karl Marx, Danielson Nikolai F. Friedrich Engels Correspondencia (1868-1895) Recopilación, presentación y notas.** Mexico: Siglo XXI editores, s.a primera edición en español, 1981.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Camponeses: Mais além da convivência com o capital.** Janeiro 2015. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br>> Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

CARVALHO, Horácio Martins (org.). **Chayanov e o campesinato.** São Paulo: Expressão Popular,2014.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social.** Curitiba,2012.

DESMARAI, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

Documentos do I Congresso da Internacional Comunista, 2 a 6 de março de 1919. Disponível em <http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/first_congress_comintern_documents_portuguese.html> Acesso em 01 de junho de 2016.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana.** Segunda impresión 2014 .México D.F. ,Siglo XXI , 1990.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63.** segunda impressão 2014 .México D.F. ,Siglo XXI , 1990.

DUGGET, Michael. **Marx y los campesinos.** Disponível em: < <http://aleph.org.mx/> > Acesso em 22 de fevereiro de 2016).

ENGELS, Friedrich. **El problema campesino en Francia y Alemania.** Primera edición, Die Neue Zeitm Bd. 1, No. 10, 1894-1895, Obras Escogidas en tres tomos. Editorial Progreso, Moscú, 1974. Disponível em: < <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1890s/procam94.htm>> Acesso em 22 de fevereiro de 2015).

FANON, Frantz. **Los Condenados de la Tierra;** México, D. F.: Fondo de Cultura Económica. 1983.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato.** 2004. Disponível em:<<https://www.coptec.org.br/>> Acesso em 27 de fevereiro de 2015.

GEOGE, Lukács. **Historia e conciencia 'da clase.** Editorial de Ciencias Sociales del Instituto del Libro 1970.

GUEVARA, Ernesto, **Mensaje a los pueblos del mundo a través de la Tricontinental.** Disponível em:< https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm> Acesso em 29 de fevereiro de 2015.

GUZMAN Sevilla, Manoel Gonzales de Molina. **Sobre a evolução do conceito de Campesinato;** tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular,2005.

HARNECKER, Marta. **FIDEL: LA ESTRATEGIA POLÍTICA DE LA VICTORIA.** 1999. Disponível em:< <https://www.rebellion.org/docs/89864.pdf> > Acesso em 29 de julho de 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KAUTSKY, Karl. **A Ditadura do Proletariado.** Tradução Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979. p. 12

NÉSTOR, Koran, **Dicionário básico de categorias marxistas.** Disponível em: < <http://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf> > Acesso em 29 de Maio de 2015).

LESSA, Sergio. **O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Luckács,2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **La Revolución Rusa.** Disponível em: < https://www.marxists.org/espanol/luxem/11Larevolucionrusa_0.pdf > Acesso em 21 de fevereiro de 2016. Obras Escolhidas.

MALAGODI, Edgard, **Marx e os camponeses russos.** Raíces, Campina Grande, vol, 24, ns,

p. 104 -109, jan/dez 2005.

MARX, K. **Carta ao Diretor da Revista Russa Otiechéstvennie Zapiski**. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/11/revista.htm_>. Acesso em 01 de dezembro de 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Escritos sobre la Comunidad Ancestral**. La Paz, Bolivia: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia; Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional; Fondo Editorial y Archivo Histórico, 2015.

MARX, K., ENGELS, FRIEDRICH. **Escritos sobre Russia. II El povernir de la comuna rural rusa**. primera edicion. - Mexico, DF: ediciones pasado y presente, s.r.l. Siglo XXI, Mexico (1980).

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

MARX, K., ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**; Boitempo, 2013.

MARX, K., ENGELS, Friedrich (1848), **Manifesto do Partido Comunista**; Edições Progresso, 1987.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Edições «Avante (2ª Edição), Abril de 1984. Tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm> >. Acesso em 25 de abril de 2016.

MARX, K., ENGELS, Friedrich, **Obras Escolhidas**; Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982

MÉSZAROS, István, **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1 ed. revista. Sao Paulo: Boitempo, 2011.

MORAISs, Clodomir Santos de. **10 Reformas Agrárias**, Porto Velho - IATERMUND – 2009.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**, 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

PARLERM, Ángel. **Antropología y marxismo**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Universidad Autónoma Metropolitana: Universidad Iberoamericana, 2008.

PARRA, Julio. **Principales Problemas de la Economía Sovietica y su Incidencia en el Final de URSS**. Bogotá, 2013.

PCB: **vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. **Semanário A Voz Operária**, nº

460, 29/03/1958. São Paulo: Livraria editora ciências humanas LTDA,1980.

OLIVÉ, Antônio, Olivé. **El concepto de transición en pensamiento marxista.** Disponível em: <

<https://kmarx.wordpress.com/2014/08/27/el-concepto-de-transicion-en-el-pensamiento-marxista/> > Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

OTO, de Alejandro José. Frantz Fanon: **Una nota biográfica.** México D.F: Centro de Estudios de Asia y África ,2003.

SANTOS, Raimundo N.**Agraristas políticos brasileiros.** Brasília: Fundação Astrogildo Pereira. 2007.SIQUEIRA, Sandra M. M. PEREIRA, Francisco. Marx e Engels: Luta de classes, Socialismo Científico e Organização Política. Salvador-BA: Lemarx, 2014

Stálin J. V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico.** Edições Horizonte, Rio, 1945 Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm> > Acesso em 28 de março de 2016.

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do Pensamento Marxista;** Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução russa;** tradução E. Huggins 3 eds. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980.

TRUGTENBERG, Mauricio. **A Revolução Russa.** São Paulo: Atual,1988.

Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/19/out19_02.pdf > acesso em 21 de outubro de 2015.